AGROANALYSIS

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL. 43 | Nº 03 | MARÇO 2023 | R$ 15,00

FGV | CENTRO DE ESTUDOS DO AGRONEGÓCIO

ISSN 0100-4298



FIAGRO-FIDC X CRA

QUAL É A MELHOR OPÇÃO PARA INVESTIMENTO NO AGRO?

MILHO CLIMA E EFICIÊNCIA DA GESTÃO DEFINIRÃO O RESULTADO DO PRODUTOR

SUSTENTABILIDADE OCBIO/FGV LANÇA PAINEL DE DESCARBONIZAÇÃO DOS COMBUSTÍVEIS

EXPORTAÇÃO A MUDANÇA NA PAUTA DOS PRODUTOS DO AGRO NOS ÚLTIMOS 30 ANOS

FGV In Company

O **mercado reconhece**, as equipes acreditam e os **resultados aparecem**.

Promovemos soluções educacionais customizadas que alinham o sucesso de colaboradores com o de organizações, como a Boston Scientific do Brasil. Conheça os nossos programas validados no Brasil e no mundo e torne-se também um parceiro do FGV In Company.



"O programa desenvolvido em conjunto com o FGV In Company trouxe profissionais de várias áreas do mercado, inspirando nossos talentos a construir suas histórias de sucesso."

Eduardo Verges
Presidente da
Boston Scientific
do Brasil

Saiba mais:

FGV IN COMPANY

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou
Postal Code 62.591 - CEP 22257-970 | Tel.: (21) 2559 6000 | www.fgv.br
Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Clovis José Daudt Darrigue de Faro, Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque

CONSELHO DIRETOR
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Clovis José Daudt Darrigue de Faro, Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque (Licenciado)
Vogais: Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade
Suplentes: Aldo Floris, Alexandre Koch Torres de Assis, Antonio Monteiro de Castro Filho, Ary Oswaldo Mattos Filho, Carlos Eduardo de Freitas, Gilberto Duarte Prado, José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, José Ermírio de Moraes Neto, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Willy Otto Jordan Neto

CONSELHO CURADOR
Presidente: João Alfredo Dias Lins (Presidente em exercício)
Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)
Vogais: Antonio Alberto Gouvea Vieira, Cid Heraclito de Queiroz, Eduardo M. Krieger, Estado da Bahia, Estado do Rio Grande do Sul, Federação Brasileira de Bancos (Isaac Sidney Menezes Ferreira), IRB – Brasil Resseguros S.A. (Antônio Cássio dos Santos), Luiz Carlos Piva, Luiz Ildefonso Simões Lopes, Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Maria Tereza Leme Fleury, Miguel Pachá, Pedro Henrique Mariani Bittencourt, Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Resseguros e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo (Ronaldo Mendonça Vilela), Souza Cruz S/A (Jorge Irribarra)
Suplentes: Almirante Luiz Guilherme Sá de Gusmão, Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, General Joaquim Maia Brandão Júnior, Leila Maria Carrilo Cavalcante Ribeiro Mariano, Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Monteiro Aranha Participações S.A., Nilson Teixeira, Raphael José de Oliveira Barreto, Ricardo Gattass, Sul América Companhia Nacional de Seguros (Patrick de Larragoiti Lucas)

Diretor da FGV EESP: Yoshiaki Nakano
Diretor da FGV IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas

Conselho Editorial: Cecília Fagan, Luiz Carlos Corrêa Carvalho, Ricardo Simonsen, Roberto Rodrigues, Teresa Cristina Vendramini e Yoshiaki Nakano
Editor-chefe: Antônio Carlos Kfouri Aidar
Editores-executivos: Evandro Faulin e Luiz Antonio Pinazza
Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Capa: Fernanda Carvalho, Julia Travassos e Patricia Werner
Arte e Diagramação: Alexandre Monteiro
Revisão Textual: Alexandre Sobreiro
Secretaria e Administração: Ana Caroline Teshima
Publicidade/Comercial: Ana Caroline Teshima
Estagiária: Victória Helena Corrêa de Almeida Gomes

Av. Paulista , 542 - 3º andar | São Paulo, SP
Tel.: (11) 3799-3645

ana.teshima@fgv.br
gvagro.fgv.br

Leia as edições anteriores da ***Agroanalysis***:

A **AGROANALYSIS** É UM DOS MAIS **IMPORTANTES VEÍCULOS** FORMADORES DE OPINIÃO NO **SETOR DO AGRONEGÓCIO.**

SÃO MAIS DE 40 ANOS NO MERCADO GARANTINDO A QUALIDADE DA INFORMAÇÃO QUE CHEGA ATÉ VOCÊ!



http://gvagro.fgv.br
ana.teshima@fgv.br

O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE

CUIDADO COM OS CUSTOS E AS VENDAS

ESTE MÊS de março iniciou-se com ainda muita turbulência na economia, em função das colocações feitas pelos petistas "raízes" e pelo próprio presidente da República. Ora a discussão sobre os juros altos e o Banco Central do Brasil (BCB), ora sobre os preços e os lucros da Petrobras. Os discursos atrapalham os rumos da condução da economia, aumentando a turbulência. Desta forma, os juros tendem a continuar elevados e o câmbio, a oscilar. Os produtores rurais sofrem menos. Apesar de margens menores em quase todos os setores, elas ainda são positivas. Do lado externo, a boa notícia é a retomada da China, já sentida mais fortemente no mercado de carne – devido à ocorrência de um caso atípico de doença da vaca louca no Pará, as exportações para alguns países foram momentaneamente suspensas, mas devem retornar ainda até o final deste mês.

No ano passado, o agronegócio gerou um superávit comercial de US$ 107,7 bilhões, o que representa um crescimento de 29,4% frente ao resultado de 2021 (US$ 83,3 bilhões). Além da China, o desempenho comercial de outros parceiros do Brasil, como os países do Oriente Médio, gera boas expectativas para o comércio neste ano. Na análise da pauta de exportação, os produtos que lideraram as vendas do Brasil, em 2022, foram soja (US$ 60,8 bilhões), carnes (US$ 25,7 bi), florestais (US$ 16,5 bi), cereais (US$ 14,4 bi), o setor sucroalcooleiro (US$ 12,8 bi) e o café (US$ 9,2 bi). Para se ter uma ideia da mudança, os produtos mais exportados pelo Brasil em 1985 foram o café (US$ 1,9 bi), o açúcar (US$ 738 milhões), a soja (US$ 592 milhões), o suco de laranja (US$ 549 milhões) e a carne bovina (US$ 496 milhões).

Um dos destaques de capa analisa os resultados da produção de milho 2ª safra. Neste momento, o Brasil colhe a safra de verão, ao mesmo tempo em que a semeadura da safra de inverno (safrinha) acontece. O quadro do mercado internacional e a expectativa de exportação do cereal em 2023 deverão manter os preços firmes, apesar da expectativa de safra recorde. Na média, o produtor deve ter um bom resultado, mas o resultado final será definido pelo impacto do clima sobre a produtividade de cada região e pela eficiência do produtor na gestão dos seus custos. Na análise realizada, estima-se que o lucro médio por hectare seja de R$ 1.174,96 em Rio Verde-GO e de R$ 41,76 em Dourados-MS, mostrando que o resultado deve oscilar muito de região para região. O produtor deve ter muito cuidado nas compras de insumos e na venda da produção, considerando o juro real de 7% ao ano e o câmbio flutuando.

Mesmo com colheitas recordistas e saldos crescentes na balança comercial, a agropecuária nacional enfrenta gargalos na estrutura do crédito rural. Essa situação atrapalha o desenvolvimento dos produtores e dificulta as possibilidades de agentes importantes expandirem os negócios no campo e na agroindústria. Para tentar ajudar o agro, as aprovações das chamadas Novas Leis do Agro proporcionaram o ambiente adequado para fomentar o interesse do mercado de capitais, atraindo mais recursos para as cadeias agroindustriais. Na entrevista deste mês, Fabio Zenaro, diretor de Produtos de Balcão e Novos Negócios da B3, analisa as perspectivas positivas com relação a esse cenário.

Nesse sentido, outro dos destaques de capa traz uma análise comparativa entre dois instrumentos criados para captar recursos do mercado de capitais lastreados em títulos de recebíveis (compras a prazo realizadas por produtores): os Fiagro-FIDC (Fundo de Investimentos do Agronegócio) e os Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRAs). O objetivo do artigo é entender qual dessas estruturas apresenta o menor custo. A escolha pela opção mais econômica é importante, pois, num mercado competitivo, uma parte das economias na captação de recursos pode ser repassada para os produtores, beneficiando a cadeia.

Por fim, o Observatório de Conhecimento e Inovação em Bioeconomia da Fundação Getulio Vargas (OCBio/FGV) lançou o Painel de Monitoramento da Descarbonização da Matriz de Combustíveis, com o objetivo de oferecer um panorama detalhado sobre a demanda por combustíveis leves no Brasil.

Acesse o *dashboard* por meio do QR *code* a seguir. ■

04 EDITORIAL

06 ENTREVISTA
FABIO ZENARO
INSERÇÃO DO AGRONEGÓCIO NO MERCADO DE CAPITAIS

09 FRASES & COMENTÁRIOS

11 MACROECONOMIA
JUROS NO CENTRO DO DEBATE

12 CAPA **AGRODROPS**

16 MERCADO & NEGÓCIOS

16 CAPA BALANÇA COMERCIAL: UM NOVO RECORDE PARA O SETOR

18 A IMPORTÂNCIA DE UMA VISÃO DE LONGO PRAZO

20 CAPA EXPECTATIVA DE PREÇOS E RESULTADOS NA SEGUNDA SAFRA DE MILHO

22 SUSTENTABILIDADE

22 COP 15 DA CONVENÇÃO SOBRE DIVERSIDADE BIOLÓGICA TRAZ OPORTUNIDADES PARA O BRASIL

24 GESTÃO

24 OS MARCOS REGULATÓRIOS E A GESTÃO NO CAMPO: OS EIXOS DE ATUAÇÃO DO GESTOR

26 *HEDGE* DE MILHO COM OPÇÕES

28 CAPA FIAGRO-FIDC: OPÇÃO DE CRÉDITO COMPETITIVA PARA O AGRO?

34



ABAG
FÓRUM AGRO: BRASIL PROTAGONISTA

37



ASBRAM
ALTERNÂNCIAS NO CICLO DOS PREÇOS DA PECUÁRIA

31 COOPAVEL
SHOW RURAL COOPAVEL MOSTRA A FORÇA DO AGRO

32 AGROCERES
O GOSTO AMARGO E ALGUMAS LIÇÕES DE 2022

43 FAESP
SEGURANÇA E PAZ NO CAMPO SÃO PRIORIDADES NACIONAIS

44 PRODUZIR
NOVOS DESAFIOS E MUITOS DIÁLOGOS

45 OPINIÃO
SEGURANÇA ALIMENTAR EVITA DESPERDÍCIOS E GARANTE COMIDA A TODOS

46 REFLEXÃO
TRÊS DÉCADAS DE CONTRIBUIÇÃO E DEDICAÇÃO AO AGRONEGÓCIO

INSERÇÃO DO AGRONEGÓCIO NO MERCADO DE CAPITAIS

FABIO ZENARO
Diretor de Produtos de Balcão e Novos Negócios da B3
Da Redação

PARA ABASTECER a demanda doméstica e suprir o crescente mercado internacional de alimentos, o protagonismo do Brasil destaca-se para garantir a segurança alimentar do mundo. Atualmente, o País é o maior exportador de carnes (bovina e de frango), soja em grão, açúcar, suco de laranja e café, além de um dos principais exportadores de algodão, milho, frutas, carne suína e produtos do setor florestal. A continuidade desse desempenho absorverá de forma progressiva mais recursos anuais para o custeio, o investimento e a comercialização. Diante das limitações orçamentárias das safras no Plano Agrícola e Pecuário (PAP) do Governo, Fabio Zenaro, diretor de Produtos de Balcão e Novos Negócios da B3, analisa as perspectivas positivas com relação ao desenvolvimento do mercado de capitais privados.

AGROANALYSIS: COMO ESTÁ O PROTAGONISMO DO BRASIL NA SEGURANÇA ALIMENTAR DO MUNDO?

FABIO ZENARO: O Brasil é um dos poucos países com capacidade de produzir e aumentar a quantidade de alimentos para atender a crescente população no mundo. Atualmente, a estimativa é de que a produção nacional seja responsável por abastecer em torno de 1 bilhão de pessoas consumidoras. Nos últimos anos, esse processo cresceu impulsionado pelo avanço da Ciência, com a implementação de novas tecnologias, a expansão da área plantada e a abertura de novos mercados externos. O mercado financeiro vem ocupando um papel importante nessa tendência, oferecendo produtos que possibilitam tanto a captação de recursos adicionais, quanto uma proteção para o produtor. Isso possibilita desenvolver uma gestão mais profissional e sustentável dos recursos para ganhar competitividade global.

PARA ATENDER A DEMANDA CRESCENTE DO AGRO, MAIS RECURSOS FINANCEIROS SÃO NECESSÁRIOS?

FZ: Sabemos da importância essencial que representa o acesso ao crédito para o Brasil crescer e manter o protagonismo do agro frente à necessidade de garantir a segurança alimentar no mundo. Como infraestrutura do mercado financeiro, a B3 ajuda a viabilizar uma parcela importante do financiamento concedido ao agronegócio: trazendo segurança e credibilidade, de um lado, ao registro de títulos de crédito e, de outro lado, à emissão e à transição dos títulos do agronegócio – como a Letra de Crédito do Agronegócio (LCA), o Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA), o Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA) e os Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagro) – via mercado de capitais.


DIVULGAÇÃO

Em comparação a 2021, os registros realizados com as Cédulas de Produto Rural (CPRs) alcançaram 110 mil (+90%) na B3 em 2022, enquanto os estoques chegaram a R$ 180 bilhões (+102%). Junto desses crescimentos, a quantidade de clientes ativos também mostrou uma expansão relevante (+29%). Essa operação traz transparência e segurança para o setor, pois dá visibilidade para o credor sobre o grau de exposição dos produtores e evita uma superestimativa do mercado sobre o custo do crédito. Além disso, como formas de diversificação de *funding*, a CPR pode ser utilizada como lastro para operações com os títulos do agronegócio.

QUAL É A RELEVÂNCIA DE UMA EMPRESA DE INFRAESTRUTURA DE SERVIÇOS PARA O SISTEMA FINANCEIRO?

FZ: Como canal de conexão dos investidores aos investimentos, a B3 possibilita o direcionamento dos recursos privados a diversos setores da economia. Nos últimos anos, se intensificou o desenvolvimento de produtos com iniciativas para impulsionar o agronegócio. Isso contribuiu para a proteção e o financiamento de um segmento relevante. O ambiente da B3 oferece condição para as companhias listarem e captarem recursos via ofertas de ações (*initial public offerings* – IPOs – e *follow-ons*), registro de produtos para os produtores rurais e as cadeias no financiamento da produção agrícola, com a CPR, a CPR Verde, o CRA e a LCA, além dos contratos futuros e das operações de *hedge* para seguro de preços de milho, boi, café, soja e etanol.

Com a listagem dos Fiagro, por meio da Lei nº 14.130, de 29 de março de 2021, os investidores passaram a ter mais uma opção de aplicar seus recursos em produtos atrelados ao agronegócio. Recentemente, a oferta de índices da B3 também passou a contemplar o Índice Agronegócio (IAGRO B3), primeiro índice para acompanhar o desempenho

> **“NOS ÚLTIMOS ANOS, SE INTENSIFICOU O DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS COM INICIATIVAS PARA IMPULSIONAR O AGRONEGÓCIO.”**

das empresas do setor, além do Índice Futuro de Milho (IFMILHO B3) e do Índice Futuro de Boi Gordo (IFBOI B3), ligados aos contratos futuros das respectivas *commodities*. O diálogo com o segmento ampliou-se ainda mais com o lançamento da plataforma Índices on Demand, que abriu espaço para a criação de indicadores mais sofisticados, como os baseados em contratos futuros de *commodities*.

A RELAÇÃO ENTRE A TEMÁTICA ESG E O AGRONEGÓCIO É BEM ESTREITA?

FZ: O envolvimento do sistema de governança ambiental e social (ESG, na sigla em inglês) cresce no dia a dia dos negócios e das corporações. Na B3, há importantes índices de sustentabilidade para medir o desempenho de empresas listadas sob diversas óticas. Podemos destacar, como exemplo, o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE B3), referente às empresas comprometidas com práticas ESG, e o Índice Carbono Eficiente (ICO2 B3), que versa sobre as companhias que reportam suas emissões de gases do efeito estufa (GEE).

Em setembro último, a B3 lançou a terceira versão do guia “Sustentabilidade e Gestão ASG: Como começar, quem envolver e o que priorizar”, para mostrar como a sustentabilidade e o conceito de ESG estão mudando o mundo de negócios. Mais direcionado ao agronegócio, a B3 apoia o setor nas práticas ESG por meio dos registros de títulos de crédito e de mercado de capitais “verdes”, como a CPR Verde. No setor sucroenergético e de combustíveis, temos registro e negociação dos créditos de descarbonização (CBios). Além disso, a B3, junto a outras empresas de diversos setores, faz parte da Iniciativa Brasileira para o Mercado Voluntário de Carbono.

QUAIS SÃO OS IMPACTOS DAS INOVAÇÕES DOS MARCOS REGULATÓRIOS, COMO AS NOVAS LEIS DO AGRO?

FZ: Como uma das iniciativas para fomentar o agronegócio, as regulamentações governamentais buscaram, em tempos recentes, introduzir medidas para incentivar a modernização dos instrumentos de crédito. O foco da mudança ficou concentrado na CPR, criada pela Lei nº 8.929, de 22 de agosto de 1994, e muito utilizada no financiamento privado da cadeia do agronegócio. Foi o caso, também, das chamadas Novas Leis do Agro, sancionadas pelo Governo: as Leis nº 13.986,

> **“...AS REGULAMENTAÇÕES GOVERNAMENTAIS BUSCARAM, EM TEMPOS RECENTES, INTRODUZIR MEDIDAS PARA INCENTIVAR A MODERNIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE CRÉDITO.”**

“...[A CPR] É UM PRODUTO QUE TEM SIDO BASTANTE UTILIZADO COMO LASTRO DE OUTRAS EMISSÕES, COMO A LCA E O CRA.”

de 7 de abril de 2020, e nº 14.421, de 20 de julho de 2022.

As mudanças previstas nessas Leis, além de ampliarem a lista de produtos que podem ser financiados por meio da CPR, trouxeram a obrigatoriedade de seu registro em instituição autorizada pelo Banco Central do Brasil (BCB). Essa alteração proporcionou agilidade ao processo de registro, que, hoje, conta com uma esteira 100% digital e online, sem necessidade de utilização de papel. Ter o sistema centralizado em uma plataforma eletrônica também possibilitou uma maior transparência para o mercado, com padronização de informações e facilidade para a geração de dados. Tudo isso auxilia a tomada de decisão para liberação de crédito ao produtor.

ESTAMOS EM PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DA LCA, ASCENSÃO DO CRA E SUCESSO DA CPR?

FZ: O agronegócio brasileiro ganha destaque cada vez mais pela sua evolução e pelo seu crescimento. Esse movimento, de forma natural, gera um aumento na busca por financiamento. O cenário, em linha com o processo de modernização regulatória em curso, realça o papel da CPR. Representativo de uma promessa com entrega futura de produto agropecuário, trata-se de um título com característica bastante flexível. O instrumento permite que as instituições financeiras – tanto o próprio setor do agro, como cooperativas e a indústria – financiem o produtor rural. Além disso, é um produto que tem sido bastante utilizado como lastro de outras emissões, como a LCA e o CRA.

Com relação a produtos de investimento, o panorama de expansão de crédito, simultâneo ao bom momento da renda fixa com a alta de juros, gera bastante atratividade, como mostram alguns títulos: ano contra ano, cresceram a LCA (+74%) e o CRA (+46%), fechando 2022 com R$ 337 bilhões e R$ 99,2 bilhões respectivamente. A B3, maior registradora de produtos do agronegócio, possui uma plataforma completa para integrar esses instrumentos, como os ativos de crédito para investimento. Isso permite maiores agilidade e controle na vinculação dos lastros e transparência na emissão dos ativos.

COMO VISUALIZAR O POTENCIAL EXISTENTE COM OS FIAGRO?

FZ: Atingimos a marca de 31 Fiagro listados na B3, tendo mais de 160 mil investidores com posição em custódia. O resultado mostra uma crescente evolução desde quando o ativo foi lançado, em outubro de 2021. Do total investido no produto, 91% estão nas mãos de pessoas físicas, o que representa mais de R$ 4 bilhões.

Os Fiagro servem de bom exemplo para mostrar que: (i) o mercado financeiro pode ser a ponte para atrair o capital privado e impulsionar o setor; (ii) o investidor possui opção para diversificar a carteira e investir no agronegócio; e (iii) os produtores rurais dispõem de condição para utilizar a produção e os ativos rurais para acessar o mercado de capitais.

Os Fiagro podem apresentar-se nas categorias Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (Fiagro-FIDC), Fundo de Investimento Imobiliário (Fiagro-FII) e Fundo de Investimento em Participações (Fiagro-FIP). Os imobiliários lastreados em títulos do agronegócio têm prevalecido, havendo potencial para os novos Fiagro lastreados em terras agrícolas. ■



CAUÊ DINIZ

FRASES & COMENTÁRIOS



VALTER CAMPANATO/ AGÊNCIA BRASIL

"Com ministros vocacionados, servidores competentes e gestões governamentais estruturadas, o agro nacional triplicou, neste século, a produção de grãos para mais de 300 milhões de toneladas."

"Se olharmos para o agro do futuro, seremos reconhecidos como contemporâneos, com uma expansão das lavouras em áreas de pastagem deterioradas para aumentar a produção agropecuária."

"Na condição de ser um dos principais protagonistas da segurança alimentar do mundo, cabe o trabalho de valorizar a imagem do agronegócio tanto no Brasil, quanto no exterior."

CARLOS FÁVARO, ministro do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)

"Para fortalecer os mecanismos de acesso dos empreendedores ao mercado de capitais, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) deverá estabelecer convênios com as entidades do agronegócio."

"Com as Novas Leis do Agro, a consolidação da Cédula de Produto Rural (CPR) e as aplicações nos títulos do agronegócio, o setor avança na direção das operações de crédito privado."

ARNALDO JARDIM, deputado federal (Cidadania/SP) e vice-presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) na Câmara dos Deputados do Congresso Nacional



SHUTTERSTOCK

"O governo da Índia anunciou, em fevereiro, a medida de misturar 20% do etanol extraído de cana-de-açúcar à gasolina, colocando em marcha o Programa Nacional de Etanol no país."

"Desde 2019, intensificamos a cooperação com a Índia nos âmbitos governamental e do setor privado. Até 2014, essa mistura era de 1,5%, tendo passado para 10,0% em 2022."

EDUARDO LEÃO DE SOUSA, diretor-executivo da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA)


UNICA

"A União Europeia regulamentou o Mecanismo de Taxação de Carbono na Fronteira (CBAM, na sigla em inglês) como um instrumento de taxação do carbono aduaneiro para os produtos exportados ao bloco."

"O CBAM entrará em vigor a partir de 2026, mas haverá um período de transição em que os importadores do bloco terão de reportar as emissões de carbono embutidas nos produtos importados."

FRANS TIMMERMANS, vice-presidente-executivo do European Green Deal

"No Rio Grande do Sul, aumentam os municípios declarantes de situação de emergência devido às perdas causadas na agricultura com o alongamento da estiagem (...). O poder público pode remediar esse problema por meio de políticas para a construção de barragens, com reserva e uso da água também para a irrigação."

ANTÔNIO DA LUZ, economista-chefe da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul)

"A CVM abre as portas para os públicos do agro entenderem melhor o mercado de capitais."

"A parceria da CVM com o Instituto Pensar Agropecuária (IPA), que congrega 49 entidades ligadas ao agro, oferecerá oportunidades de financiamento para o setor rural."

NILSON LEITÃO, presidente do IPA

JUROS NO CENTRO DO DEBATE

ROGÉRIO MORI
Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV EESP)

O PATAMAR atual da taxa de juros brasileira tornou-se o centro do debate econômico durante algumas semanas recentemente. Integrantes do novo governo e apoiadores passaram a criticar os atuais 13,75% a.a. da taxa Selic, apontando que esse nível seria inadequado para a manutenção do crescimento brasileiro neste ano, sendo o nível demasiado alto dado o cenário atual de inflação.

De fato, se considerarmos os níveis praticados nos últimos anos, a taxa de juros brasileira encontra-se relativamente elevada neste momento. Isso se deve, no entanto, ao comportamento recente da inflação e à necessidade de trazê-la de volta para a meta.

Sob essa perspectiva, o Banco Central do Brasil (BCB) tem sido bem-sucedido no sentido de provocar uma queda da inflação ao longo dos últimos trimestres. É importante lembrar que a elevação da inflação brasileira a partir do segundo semestre de 2020 deveu-se, em grande parte, à elevação dos preços internacionais das *commodities* e da energia, que veio na esteira da reabertura das economias após o apogeu dos efeitos da pandemia no primeiro semestre daquele ano.

Para lidar com a alta da inflação decorrente desse fenômeno, bem como com os efeitos de segunda e terceira ordens, o BCB praticou uma política monetária contracionista nos últimos trimestres, elevando o patamar da taxa Selic até os níveis vigentes atualmente. O resultado foi que a inflação começou a cair nos últimos meses, sinalizando para uma convergência da inflação para o centro da meta no médio prazo.

Essa ação efetiva da política monetária, no entanto, tem sido colocada em xeque nos últimos meses por conta da política fiscal. De fato, o novo governo mudou inteiramente a orientação da política fiscal, orientando-a no sentido expansionista. A aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da Transição, no final do ano passado, foi um claro sinal nesse sentido. O impulso fiscal gerado a partir dessa aprovação sinaliza que a atividade econômica não deverá arrefecer tanto quanto o esperado inicialmente, o que iria no sentido de acomodar a inflação em um patamar mais baixo. Adicionalmente, a aprovação da PEC abriu a perspectiva de um déficit primário superior a R$ 200 bilhões neste ano, o que eleva consideravelmente o risco fiscal brasileiro.

O BCB tem alertado recorrentemente para essa problemática nas atas das mais recentes reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom). A política fiscal expansionista coloca em risco a convergência da inflação para o centro da meta, potencialmente abortando o ciclo de corte de juros projetado para este ano.

Para piorar o quadro, o Governo tem procurado, ante o tamanho do déficit, formas de aumentar as receitas. O pacote proposto pelo Ministério da Fazenda no começo do ano embute uma série de ações no sentido de aumentar a arrecadação federal.

Entre as propostas, uma das mais polêmicas é a da volta dos tributos federais sobre os combustíveis. Sob essa perspectiva, vale lembrar que o governo Bolsonaro havia reduzido a zero esses tributos no ano passado. O governo atual, em face da problemática da volta dos tributos e do seu impacto inflacionário, adiou a volta dos impostos para o início deste mês.

A solução adotada foi uma soma de ações cujo conjunto não é nem um pouco favorável do ponto de vista econômico. Para evitar o impacto inflacionário, o Governo aprovou a volta parcial dos tributos apenas sobre a gasolina e o etanol. Para amenizar o impacto inflacionário da decisão, a Petrobras cortou o preço dos combustíveis. Em outras palavras, para fazer frente ao aumento da arrecadação e evitar o impacto inflacionário, uma parte da conta recai sobre a estatal, o que não é nem um pouco positivo do ponto de vista da empresa.

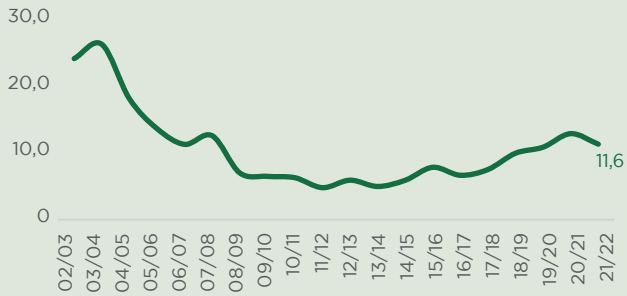
Ao mesmo tempo, para compensar uma parte da perda da arrecadação com uma tributação menor, o Governo optou por tributar exportações de óleo cru, o que é uma medida equivocada do ponto de vista econômico, uma vez que isso levará a uma menor exportação do produto (prejudicando contas externas), um aumento do seu preço e uma diminuição da sua produção. Esse tipo de ação já foi adotado anteriormente pelo governo argentino em outros produtos, com efeitos deletérios sobre a economia.

De qualquer forma, a grande questão ainda reside na trajetória da inflação nos próximos meses e na eventual possibilidade de o BCB vir a ter espaço para cortar os juros. ■

DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL

Persiste o desafio do Brasil para cumprir o compromisso assumido de zerar a meta de desmatamento ilegal até 2028, conforme o acordo de proteção das florestas assinado na 26ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP 26/ UNFCCC, nas siglas em inglês). No período de agosto a julho dos ciclos entre 2007/08 e 2013/14, os dados registrados no ritmo de desmatamento amenizaram-se na Amazônia Legal. Mas, a partir de 2016/17, eles voltaram a se intensificar. Desde 2018/19, a quantidade desmatada alcança a casa de dois dígitos.

DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL
(MILHÕES DE QUILÔMETROS QUADRADOS)



Nota: os dados anuais correspondem ao período compreendido entre os meses de agosto a julho
Fonte: INPE

PICO DE ALTA NOS EMBARQUES DE BOVINOS

As receitas e as quantidades da exportação de carne bovina bateram recordes em 2022, tendo os preços internacionais atingido a máxima histórica em abril último. O principal destino das exportações foi a China (US$ 7,95 bilhões), seguida pela União Europeia (US$ 506,00 milhões), pelos Estados Unidos (US$ 446,32), pelo Chile (US$ 391,46 milhões) e pelo Egito (US$ 343,32 milhões). No conjunto, esses cinco mercados responderam por 81,6% das vendas externas. Esse cenário será difícil de se repetir neste ano, em face da renegociação dos preços com a China, com uma redução nos valores médios em torno de 10,0%. O Brasil forçará as vendas externas, e haverá um aumento no descarte de vacas no mercado interno. A proporção de fêmeas abatidas ditará o tamanho da oferta de gado pronto de acordo com a margem apertada da cria de bezerros.

RECORDE DE VENDAS NA AVICULTURA DE CORTE

As exportações brasileiras de carne de frango seguem em ciclo de crescimento contínuo desde 2018. Os resquícios deixados pela operação Carne Fraca, deflagrada pela Polícia Federal em 2017, estão plenamente superados. Os números atingidos bateram o recorde em 2022, seja em quantidade ou receita. A recuperação dos preços na presente década deve estender-se por este e pelos próximos anos. Entre os principais embarques quantitativos, vem em primeiro lugar a China (14,0%), seguida pelos Emirados Árabes Unidos (10,4%) e pelo Japão (10,3%). No ambiente internacional, há redução na oferta devido aos surtos de gripe aviária altamente patogênica (HPAI, na sigla em inglês) na Ásia, na Europa, na América do Norte e, recentemente, na América do Sul. As incertezas são grandes com relação à produção da Ucrânia, um dos maiores exportadores mundiais em 2021.

VALORIZAÇÃO DO ETANOL COMO COMBUSTÍVEL AVANÇADO

Em fevereiro de 2010, a Agência de Proteção Ambiental (EPA, na sigla em inglês) classificou o etanol feito de cana-de-açúcar como um combustível avançado, que reduz a emissão de dióxido de carbono (CO_2) em 61% em comparação à gasolina. Agora, em janeiro último, o site da EPA reconheceu o produto como sustentável para a fabricação em larga escala de bioquerosene para aviação. O desafio de descarbonização global precisa de soluções diversas, com a valorização das vocações naturais de cada região do Planeta. Além de representar um marco muito importante para o agronegócio, essa decisão abre espaço para o biocombustível brasileiro no mercado internacional.



SHUTTERSTOCK

POTENCIALIZAR A CÉDULA DE PRODUTO RURAL

A Lei n° 13.986, de 7 de abril de 2020, e a Lei nº 14.421, de 20 de julho de 2022, conhecidas como Novas Leis do Agro, são importantes marcos regulatórios para o agronegócio brasileiro. Ambas vieram com os propósitos de modernizar as relações comerciais e atrair financiamentos privados para o campo do mercado de capitais privados. O grande foco dessas mudanças está concentrado na Cédula de Produto Rural (CPR), cuja emissão foi autorizada para subprodutos agropecuários, além da possibilidade de ser operacionalizada em dólar. De modo geral, as evoluções foram expressivas nos títulos do agronegócio, como a Letra de Crédito do Agronegócio (LCA), o Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA), o Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) e os Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagro).

EMISSÕES DE TÍTULOS DO AGRONEGÓCIO
(R$ BILHÕES)

TÍTULO	Dezembro de 2021	Dezembro de 2022	Variação
CPR	117,9	264,6	124,4%
LCA	178,4	336,4	88,5%
CDCA	20,1	29,4	46,4%
CRA	67,1	98,8	47,3%
Fiagro	–	10,3	–

Fontes: CVM; B3; CERC; CRC; ANBIMA; elaboração: MAPA

RECEITA DE CAFÉ BATE VALOR MÁXIMO EM 2022

Os gargalos logísticos impediram que cerca de 10% da quantidade de grãos de café fosse exportada. Aumento nos fretes, rolagens das cargas, cancelamentos das reservas e disputas de contêineres e de espaço para embarcações foram fatores que pressionaram os custos de exportação. Com a menor oferta de produto para entrega externa, os preços subiram e a receita da balança comercial brasileira aumentou. Os principais destinos dos embarques brasileiros são os Estados Unidos (20,3%), a Alemanha (17,4%), a Itália (13,7%), a Bélgica (7,4%) e o Japão (4,8%). O conflito entre a Rússia e a Ucrânia prejudicou as vendas para o Leste Europeu.

SHUTTERSTOCK



PAINEL DE MONITORAMENTO DA DESCARBONIZAÇÃO DA MATRIZ DE COMBUSTÍVEIS

O Observatório de Conhecimento e Inovação em Bioeconomia da Fundação Getulio Vargas (OCBio/FGV) lançou o Painel de Monitoramento da Descarbonização da Matriz de Combustíveis, estruturado a partir de um *dashboard* e de relatórios trimestrais com o objetivo de oferecer um panorama detalhado sobre a demanda por combustíveis leves no Brasil.

Elaborado pelos pesquisadores Luciano Rodrigues, Sabrina Matos e Fernanda Valente, o painel tem como diferencial disponibilizar indicadores que retratem de forma objetiva a evolução da intensidade de carbono da matriz de combustíveis, a contribuição dos energéticos renováveis para a redução das emissões de gases do efeito estufa (GEE) e a condição diferenciada da matriz nacional de combustíveis.

Tais elementos permitem que os usuários do *dashboard* possam não apenas acessar informações históricas e atuais sobre as emissões de GEE derivadas do consumo de combustíveis, mas também definir estratégias empresariais associadas ao setor de transportes e avaliar medidas que possam impactar a dinâmica do consumo de combustíveis no Brasil.

Acesse o *dashboard* por meio do QR *code* a seguir:

CRESCIMENTO DAS EMISSÕES DE GEE

O relatório sobre descarbonização da matriz de combustíveis recém-divulgado pelo OCBio mensurou as emissões de carbono provenientes da matriz de combustíveis leves nas Unidades da Federação (UFs) do Brasil e identificou quais as UFs com maiores níveis de emissão de CO_2. Entre as UFs, a variação da intensidade média de carbono dos combustíveis leves é bastante elevada. Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e São Paulo são os estados com maior presença de bioenergia e menor quantidade de emissões de GEE originadas da queima de 1 megajoule de energia pelos veículos leves.

As emissões de GEE na matriz de combustíveis leves atingiram 27,30 milhões de toneladas de CO_2 eq. no terceiro trimestre de 2022, apresentando um crescimento de 6,52% em comparação à quantidade emitida em igual período de 2021 (25,63 milhões de toneladas de CO_2 eq.). Segundo os pesquisadores Sabrina Matos, Fernanda Valente e Luciano Rodrigues: "apesar do ganho de eficiência energético-ambiental na produção de biocombustíveis, o aumento do consumo e a retração na participação dos renováveis na matriz nacional promoveram um crescimento das emissões de GEE no terceiro trimestre de 2022".

DASHBOARD SOBRE PRECIFICAÇÃO DE CARBONO

O OCBio, por meio do Dashboard sobre Precificação de Carbono, atualizou os dados relacionados ao mercado voluntário de carbono contemplando informações de todo o ano de 2022. Segundo a análise da pesquisadora do OCBio Fernanda Valente, "em 2022, o mercado voluntário de carbono apresentou um encolhimento de 27% no número de créditos emitidos em relação ao ano anterior, que teve o maior número de emissões de créditos de carbono da série histórica. Apesar da redução, 2022 ainda tem a segunda melhor posição em termos de número de créditos emitidos".

Acesse o *dashboard* por meio do QR *code* a seguir:

AGROINDÚSTRIA EXPANDE 1,1% EM 2022

De acordo com o Índice de Produção Agroindustrial (PIMAgro), do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas (FGV Agro), o volume de produção da agroindústria registrou uma alta de 1,1% em 2022 frente ao ano anterior. Essa expansão foi derivada, exclusivamente, do segmento de produtos alimentícios e bebidas, cujo crescimento foi de 2,5%. Por sua vez, o segmento de produtos não alimentícios registrou uma queda anual de 0,5%.

Dentro de produtos alimentícios e bebidas, houve uma expansão generalizada, com o setor de produtos alimentícios registrando uma alta de 2,4% e o de bebidas, um crescimento de 3,0%. Em contrapartida, no segmento de produtos não alimentícios, os únicos setores que registraram uma expansão anual foram os de insumos agropecuários (10,4%) e de fumo (8,6%). Contudo, essas altas não foram suficientes para compensar as contrações observadas em produtos têxteis (-7,0%), biocombustíveis (-5,0%), borracha (-4,9%) e produtos florestais (-0,9%).

Vale ressaltar que a expansão anual da produção agroindustrial (de 1,1%) foi abaixo do que era esperado, uma vez que, a cada mês que se passava entre julho e novembro de 2022, a variação acumulada da produção do setor ficava maior: em julho, era 0,1%; em agosto, 0,7%; em setembro, 0,8%; em outubro, 1,1%; e, em novembro, 1,3%. Ou seja, essa trajetória de aceleração do crescimento foi interrompida em dezembro último.

Desta forma, fica claro que a agroindústria encerrou o ano perdendo fôlego, registrando, em dezembro, a sua primeira contração (-1,6% na variação frente ao mesmo mês do ano anterior) desde fevereiro de 2022. Além disso, nota-se, entre os setores agroindustriais, uma desaceleração da atividade praticamente generalizada, o que permite concluir que, mais do que algum problema específico da agroindústria, tratou-se de um reflexo da perda de dinamismo da economia nacional que veio ocorrendo nos últimos meses.

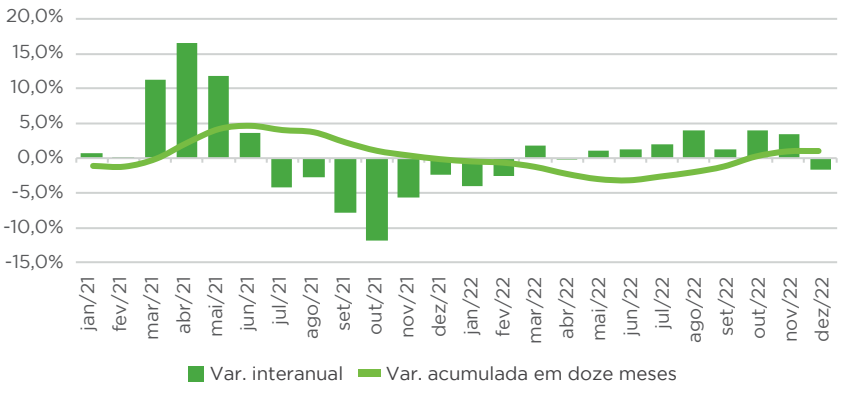
Porém, mesmo com a queda observada em dezembro último, como foi visto, a agroindústria conseguiu acumular 1,1% de crescimento na sua produção em 2022 frente a 2021, correspondendo à maior alta anual dos últimos cinco anos. Além disso, apesar de essa ser uma taxa de variação menor do que a projetada, foi superior aos demais ramos industriais, uma vez que as indústrias extrativa e de transformação apresentaram contrações de, respectivamente, 3,2% e 0,4%.

CENÁRIO INCERTO PARA 2023

Para 2023, o cenário ainda é bem incerto e dependerá das condições internas e externas. Nesse sentido, está claro que o mercado doméstico, provavelmente, deverá ter dificuldades para crescer de forma robusta, seja devido à política monetária contracionista, à possível desaceleração no mercado de trabalho ou às turbulências políticas.

Já no cenário internacional, considera-se que o mundo terá uma expansão econômica menor neste ano do que teve em 2022, o que, naturalmente, deverá impactar a agroindústria. No entanto, o comércio exterior poderá trazer algum alívio ao setor, principalmente condicionado ao desempenho da economia chinesa, que vem flexibilizando a sua política de "COVID Zero", o que deverá promover novos estímulos para o seu crescimento econômico, podendo gerar uma demanda adicional pelos produtos agroindustriais brasileiros.

AGROINDÚSTRIA: VARIAÇÕES INTERANUAL E ACUMULADA EM DOZE MESES DO VOLUME DE PRODUÇÃO



Fonte: FGV Agro, com base em dados da PIM-PF/IBGE

BALANÇA COMERCIAL: UM NOVO RECORDE PARA O SETOR

ANDRÉ DIZ[1], FELIPPE SERIGATI[2], ROBERTA POSSAMAI[3]

O ano de 2022 foi bastante positivo para o comércio exterior do agronegócio brasileiro, com uma ampliação da corrente de comércio e um valor recorde em termos de superávit na balança comercial. Para 2023, apesar da expectativa de desaceleração da economia mundial – o que tenderia a segurar o crescimento das exportações do Brasil –, parceiros comerciais importantes, como a China e países do Oriente Médio, apresentam boas perspectivas de crescimento econômico.

ENTRE JANEIRO e dezembro do ano passado, de acordo com um levantamento do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas (FGV Agro), o total das exportações do agronegócio atingiu US$ 162,8 bilhões, ao passo que a soma das importações totalizou US$ 55,0 bilhões, gerando um superávit comercial de US$ 107,7 bilhões – um crescimento (nominal) de 29,4% frente ao resultado de 2021 (US$ 83,3 bilhões).

A parte majoritária desse resultado foi gerada pelo desempenho do setor agropecuário, responsável por um saldo equivalente a US$ 69,5 bilhões (64,5% do saldo total), enquanto a agroindústria contribuiu gerando um saldo de US$ 37,5 bilhões (34,8%).

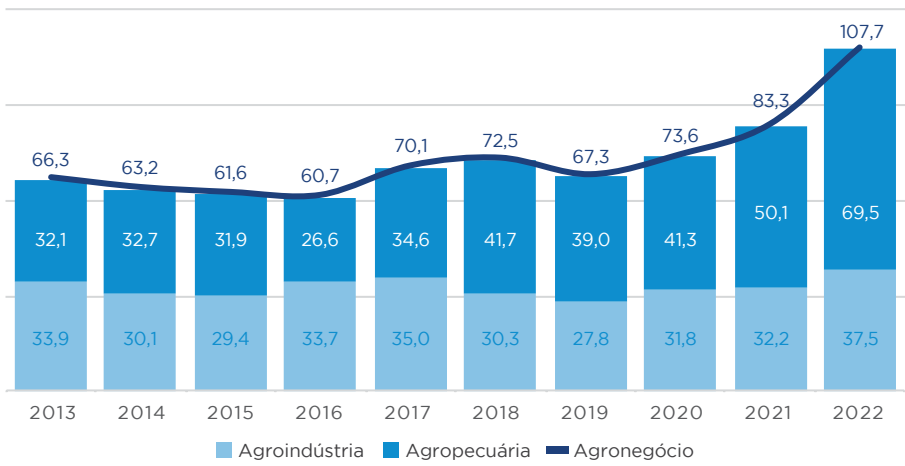
Esse crescimento do superávit da balança comercial do agronegócio brasileiro ocorreu em uma conjuntura bastante específica. Vale observar que o País foi capaz de expandir o valor das suas exportações (+31,4% frente a 2021) em um contexto de menor crescimento da economia mundial. Apesar de a maioria dos países ainda não ter divulgado os resultados consolidados do Produto Interno Bruto (PIB) para 2022, a última previsão do Fundo Monetário Internacional (FMI) estimava um crescimento da economia global na ordem de 3,2%, patamar muito inferior ao crescimento registrado em 2021 (6,0%).

O crescimento do saldo da balança comercial torna-se ainda mais relevante quando, observando os dados, nota-se que essa expansão do valor das exportações ocorreu para além de um simples aumento dos preços dos produtos exportados, uma vez que o *quantum* das exportações apresentou uma elevação de 12,9% (frente a 2021) para o agronegócio brasileiro. Entre os seus componentes, o crescimento do volume (milhões de toneladas) da agropecuária (+14,3%) foi superior à variação das vendas externas da agroindústria (+11,2%).

Outro aspecto que deve ser destacado, para além do crescimento das exportações em um cenário de desaceleração do crescimento da economia mundial, é que o preço das importações (+20,9% para o agronegócio) registrou um crescimento significativamente superior ao crescimento dos preços das exportações (14,8%) ao longo de 2022.

De toda maneira, o agronegócio foi capaz de gerar um superávit na balança comercial mesmo em um contexto de piora dos termos de troca, que ocorreu de forma mais acentuada para a agroindústria do que para agropecuária, uma vez que a diferença da variação entre os preços médios de exportação e importação da primeira foi de -32,1% entre 2021 e 2022, enquanto, para a última, a elevação dos preços das exportações (15,5% frente a 2021) foi próxima do encarecimento das importações (17,5%), resultando em uma piora de -2,0% nos termos de troca.

BRASIL: BALANÇA COMERCIAL DO AGRONEGÓCIO
(US$ BILHÕES)



Fonte: SECEX

MUDANÇAS NA PAUTA DE EXPORTAÇÃO DO AGRO

De acordo com o levantamento do FGV Agro, as exportações do agronegócio brasileiro concentram-se em dez cadeias principais, que responderam, em 2022, por US$ 149,9 bilhões (92,8% do valor exportado). Essa significativa concentração mantém-se desde 1997, quando essas mesmas cadeias foram responsáveis por 89,4% do valor exportado pelo agronegócio nacional, totalizando US$ 21,5 bilhões. O complexo soja segue sendo a cadeia principal em termos de valor exportado, com US$ 60,8 bilhões (37,4%) do valor exportado em 2022. Na sequência, temos as carnes (US$ 25,7 bilhões – 15,8%), os produtos florestais (US$ 16,5 bilhões – 10,1%), os cereais (US$ 14,4 bilhões – 8,8%), o setor sucroalcooleiro (US$ 12,8 bilhões – 7,8%) e o café (US$ 9,2 bilhões – 5,7%).

A pauta de exportação do agro mudou bastante ao longo dos anos. Olhando os últimos 25 anos, destaca-se o ganho de participação do grupo de cereais, cuja representação nas exportações partiu de 0,4% (US$ 0,1 bilhão), em 1997, para 8,8% (US$ 14,4 bilhões), em 2022, saltando da vigésima para a quarta posição entre os produtos mais exportados. Carnes também ganharam espaço, saindo da sétima para a segunda posição. Por sua vez, perderam várias posições o café (da terceira para a sexta) e os couros (da quarta para a décima).

Olhando mais para trás, até 1985, o café foi o produto mais exportado pelo Brasil, com US$ 1,9 bilhão em vendas, seguido pelo açúcar (US$ 738 milhões), pela soja (US$ 592 milhões), pelo suco de laranja (US$ 549 milhões) e pela carne bovina (US$ 496 milhões).

PRODUTO	1997		2022	
	US$ bilhões	*Ranking*	US$ bilhões	*Ranking*
Complexo soja	5,6	1	60,8	1
Carnes	1,6	7	25,7	2
Produtos florestais	3,5	2	16,5	3
Cereais	0,1	20	14,4	4
Setor sucroalcooleiro	1,8	5	12,8	5
Café	3,1	3	9,2	6
Fibras e têxteis	0,9	9	4,2	7
Fumo e seus produtos	1,7	6	2,5	8
Sucos	1,1	8	2,2	9
Suco de laranja	1,0	–	2,0	–
Couros	2,2	4	1,7	10
Outros	2,9	–	12,9	–
TOTAL	24,3	–	162,8	–

Fonte: FGV Agro



Entre os produtos com maiores altas de preço para a importação ao longo de 2022, destacam-se: os produtos intermediários para produção de fertilizantes, com uma alta nos preços de 81,0%; os insumos, com uma alta de 69,0%; e os grupos de adubos e fertilizantes, com uma alta de 66,5%. Essa forte elevação de uma parte significativa dos custos de produção pressionou as margens de comercialização do setor agropecuário como um todo, com destaque para a produção destinada ao mercado doméstico, que não estava exposta ao crescimento dos preços de exportação.

Entre os destinos das nossas exportações, a China segue sendo o principal país, respondendo por 31,7% do total das exportações do agronegócio brasileiro (US$ 51,0 bilhões). Além disso, a União Europeia (15,3% – US$ 25,9 bilhões), o Oriente Médio (7,6% – US$ 12,4 bilhões) e os Estados Unidos (6,5% – US$ 10,6 bilhões) destacam-se entre os nossos principais parceiros comerciais.

Para 2023, por um lado, um menor crescimento da economia mundial (2,7%, segundo o FMI) tende a frear uma parte do crescimento das exportações brasileiras. Por outro lado, parceiros importantes como a China (4,4%) e países do Oriente Médio (3,6%) apresentam boas perspectivas de evolução da atividade econômica. Em termos de preços, as dificuldades da Argentina devem contribuir para uma pressão maior sobre os preços da soja e do milho, enquanto as exportações de carne bovina seguem sob as incertezas do caso de doença da vaca louca no Pará. Por fim, a taxa de câmbio deve seguir em um cenário instável, respondendo aos ajustes de política monetária ao redor do mundo e às incertezas fiscais da economia brasileira. ■

1 Pesquisador do FGV Agro – acosta.diz@gmail.com
2 Professor e pesquisador do FGV Agro – felippe.serigati@fgv.br
3 Pesquisadora do FGV Agro – roberta.possamai@fgv.br

A IMPORTÂNCIA DE UMA VISÃO DE LONGO PRAZO

PLINIO M. NASTARI*

A regulação atualmente em vigor, mesmo sendo considerada eficiente pelos especialistas, não tem se mostrado suficiente para gerar as condições necessárias à viabilização ou ao estímulo de investimentos privados que possam levar o Brasil a atingir as metas de descarbonização do RenovaBio.

A INDÚSTRIA de açúcar é a mais antiga do Brasil e evoluiu muito com a crescente diversificação na direção do etanol a partir da década de 1970 e o posterior aproveitamento da bioeletricidade. Outros aproveitamentos da considerável energia contida na cana têm sido desenvolvidos com o etanol de segunda geração (2G), a biodigestão de resíduos, a peletização do bagaço, o aproveitamento da levedura, a transformação do etanol em produtos químicos e plásticos e a captura de dióxido de carbono biogênico.

O setor atingiu a sua dimensão e importância sem que houvesse qualquer direcionamento ou meta de desenvolvimento de longo prazo. Toda a expansão ocorreu pelo espírito empreendedor que motivou o aproveitamento de pastagens que geravam pouca renda para a produção de cana e a instalação de usinas para o seu processamento. A dimensão atingida está relacionada e é resultado da acumulação de capital obtida por



essa diversificação, o que distingue o setor nacional em relação a indústrias equivalentes de outros países. Foi por conta dessa expansão que o etanol atingiu uma participação de 48,4% no consumo de combustíveis do ciclo Otto em gasolina equivalente em 2019 (participação essa que caiu para 41,9% em 2022) e que a eletricidade de biomassa atingiu 4,4% de toda a geração elétrica em 2022, contribuindo para a invejável marca de 92,0% de geração elétrica renovável nesse ano.

A regulação que resolveu a deficiência de uma meta de longo prazo foi a Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio), aprovada por meio da Lei nº 13.576/17, regulamentada por vários Decretos e Resoluções da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e implementada em termos práticos a partir de abril de 2020. Por meio de metas de descarbonização aprovadas e renovadas sempre para os dez anos a seguir, o RenovaBio passou a oferecer esse direcionamento.



Na prática, entretanto, desde a safra 2010/11, a oferta de açúcares totais recuperáveis (ATR) do setor encontra-se praticamente estagnada na faixa de 87,0 milhões a 94,4 milhões de toneladas, com uma moagem de cana em nível nacional entre 600 milhões e 670 milhões de toneladas. São mais de doze anos de virtual estagnação. Não que o setor tenha ficado parado; investimentos foram feitos para aumentar: a flexibilidade industrial da produção de açúcar ou etanol e de etanol hidratado ou anidro; e, em alguns poucos casos, as diversificações em relação a etanol 2G e biogás/biometano.

No setor de cana, têm sido muito poucas as iniciativas no sentido de materializar investimentos adicionais em moagem ou difusão de cana. Têm ocorrido, sim, operações de fusão e aquisição de ativos que se encontravam paralisados por conta de crises anteriores – em particular, a mais recente, de 2011 a 2014, advinda do controle de preços sobre a gasolina, algo que já havia acontecido no período de 1985 a 1989 –, mas muito poucos investimentos adicionais.

Novos investimentos em expansão não têm ocorrido mesmo tendo havido a aprovação – e haja uma plena vigência atual – de metas de descarbonização do RenovaBio aprovadas até 2032, que projetam uma demanda de 99,22 milhões de toneladas de dióxido de carbono equivalente (t CO_2 eq.) por ano, com uma variação já admitida entre 90,79 milhões e 107,72 milhões de t CO_2 eq. por ano. Vale lembrar que a meta aprovada para 2023 é de 37,50 milhões de t CO_2 eq. e que, em 2022, foram gerados 31,45 milhões de t CO_2 eq. com vendas basicamente de etanol e biodiesel, embora ainda haja potencial para biogás/biometano e bioquerosene. Considerando que a cana-de-açúcar tem, no Brasil, um ciclo de produção médio de cinco a seis anos, estamos distantes pouco mais de um ciclo de cana do atingimento do período em que essas metas precisariam ser cumpridas.

Portanto, mesmo com uma regulação eficiente em vigor, não têm sido geradas as condições para viabilizar ou estimular investimentos privados que possam atingir essas metas.

Uma das explicações pode estar na própria reação do Governo, que, em 2022, reagiu ao atingimento do preço do crédito de descarbonização (CBio) a valores que ultrapassaram R$ 200/t CO_2eq. Embora esse valor fosse ainda muito distante de valores observados em mercados similares de carbono – como a Califórnia, que superou US$ 200/t CO_2 eq., ou a União Europeia, que chegou a mais de US$ 85/t CO_2 eq. –, o governo brasileiro mostrou, durante a última administração federal, que não estava disposto a admitir valores de tal magnitude, desvirtuando o programa RenovaBio com alterações da sua regra básica e das suas metas.

Para o RenovaBio funcionar na sua plenitude, seria preciso que, uma vez definida e aprovada a meta de descarbonização, o valor do CBio fosse aquele necessário e suficiente para estimular novos investimentos. O preço do CBio deveria, também, cobrir os obstáculos a novos investimentos que são gerados pela elevada taxa de juros reais, que também inibe investimentos.

A verdade é que, mesmo com a aprovação de uma regulação eficiente e moderna como o RenovaBio, a falta de uma visão estratégica e consistente de longo prazo tem impedido a sua eficácia como mecanismo indutor de planejamento. ■

* Presidente da DATAGRO

EXPECTATIVA DE PREÇOS E RESULTADOS NA SEGUNDA SAFRA DE MILHO

FELIPE DE LIMA JUNQUEIRA FRANCO FABBRI*

O quadro do mercado internacional e a expectativa de exportação de milho em 2023 deverão manter os preços firmes, apesar da safra recorde adiante. Na média, o produtor deve ter um bom resultado, mas o resultado final será definido pelo impacto do clima sobre a produtividade de cada região e pela eficiência do produtor na gestão dos seus custos.

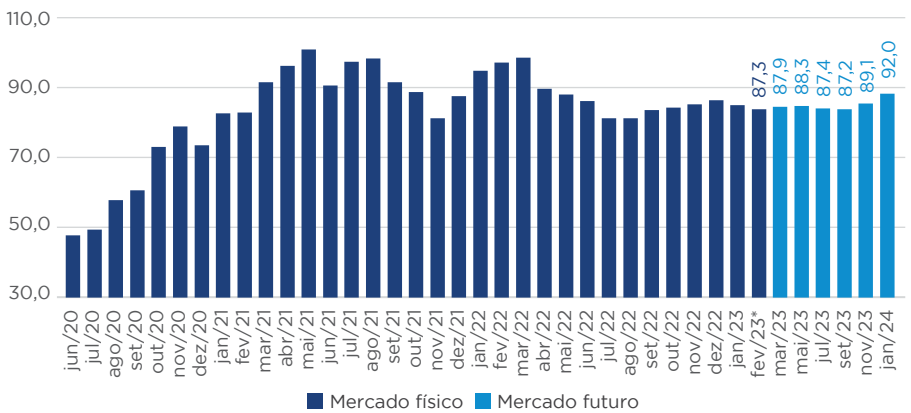
NO BRASIL, a colheita da safra de verão de milho está em andamento, junto à semeadura da safra de inverno (safrinha). A safra brasileira (no total que engloba a primeira, a segunda e a terceira safras) está estimada em 123,7 milhões de toneladas. Apenas na segunda safra, 94,9 milhões de toneladas deverão ser colhidos, marcando a maior produção da história do País, fato que representaria uma pressão baixista sobre as cotações nacionais. No entanto, com o cenário atual de demandas interna e externa firmes, tal situação não deve se impor.

Há de se considerar, também, o atraso ocorrido na semeadura da segunda safra no País, impulsionado pelo excesso de chuvas em algumas regiões durante a colheita de soja – em 18 de fevereiro último, 33,3% das áreas estavam semeadas, contra 46,4% há um ano. Tal cenário pode encurtar a janela de plantio da segunda safra e, com um cenário de clima incerto, atrapalhar o desenvolvimento das lavouras, impactando as produtividades estimadas neste momento.

Até o momento, os preços do milho no mercado futuro – segundo cotações da B3 em 24 de fevereiro último – têm trabalhado próximo ao patamar atual, mesmo com a expectativa de safra recorde (*vide* Gráfico 1).

A tabela traz uma análise do resultado da segunda safra de milho em diversas localidades produtoras. Se confirmado o cenário de preços, apesar do aumento nos custos de produção, o resultado médio deve ser bom para os produtores. No entanto, como mostra a tabela, esse resultado pode variar muito. Enquanto

GRÁFICO 1 – CAMPINAS-SP: PREÇOS DO MILHO NO MERCADO FÍSICO E NO MERCADO FUTURO
(R$/SACA)



*Até o dia 24
Fontes: B3; Scot Consultoria

ESTIMATIVA DE RESULTADO PARA O MILHO 2ª SAFRA EM MATO GROSSO

ITEM	Primavera do Leste-MT	Rio Verde-GO	Dourados-MS	Campo Mourão-PR	Balsas-MA
Custo total (R$/hectare)	5.980,70	6.564,60	6.153,20	7.378,60	4.687,30
Produtividade* (sacas/hectare)	106,6	106,9	84,4	91,4	86,3
Estimativa de preço** (R$/saca)	64,70	72,40	73,40	82,30	64,70
Receita (R$/hectare)	6.897,02	7.739,56	6.194,96	7.522,22	5.583,61
LUCRO (R$/HECTARE)	**916,32**	**1.174,96**	**41,76**	**143,62**	**896,31**

*Estimativa de produtividade em fevereiro de 2023, segundo dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab)
**Preço-base em Campinas-SP no mercado futuro (B3) para julho de 2023, descontado o diferencial de base histórico entre as regiões
Fonte: elaboração pelo autor

é esperado um lucro médio de R$ 1.174,96 por hectare em Rio Verde-GO, o produtor de milho deve lucrar apenas R$ 41,76 por hectare em Dourados-MS. O resultado será determinado pelo impacto do clima sobre a produtividade final e pela eficiência na gestão dos custos da atividade. Esta última depende da competência de cada gestor rural.

FUNDAMENTOS DA SAFRA

Na safra 2021/22, a produção e a exportação de milho resultaram em recorde. Mesmo assim, os preços do milho trabalharam firmes em meio a uma demanda doméstica crescente e um cenário internacional que favoreceu o mercado brasileiro.

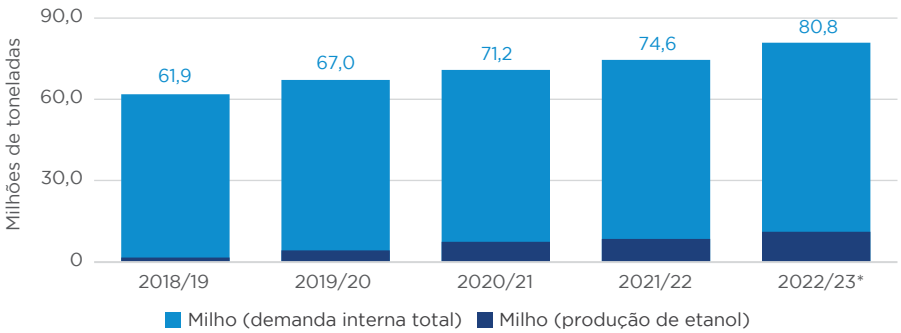
No mercado doméstico, a demanda foi impulsionada pelo setor de nutrição animal e pela produção de etanol de milho no País. Para a safra 2022/23, a expectativa é de que a demanda total aumente 8,4% em comparação à da safra passada. Apenas a demanda por milho destinado à produção de etanol deverá aumentar 30,7% na safra 2022/23.

No mercado externo, a demanda pelo milho brasileiro também é crescente. Em 2021/22, exportamos 48,9 milhões de toneladas – valor recorde, já mencionado –, colocando o Brasil como o segundo maior exportador do cereal no mundo. O mercado foi impulsionado, principalmente, pelo início das vendas ao mercado chinês nos últimos meses de 2022.

Para a safra 2022/23, em função de uma série de fatores favoráveis ao Brasil – como a quebra de produção nos Estados Unidos (EUA), na União Europeia (UE) e na Argentina e o conflito entre a Rússia e a Ucrânia –, o País deve assumir o posto de maior exportador do mundo, com uma estimativa de 50,0 milhões de toneladas embarcadas, segundo o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA, na sigla em inglês), superando os EUA.

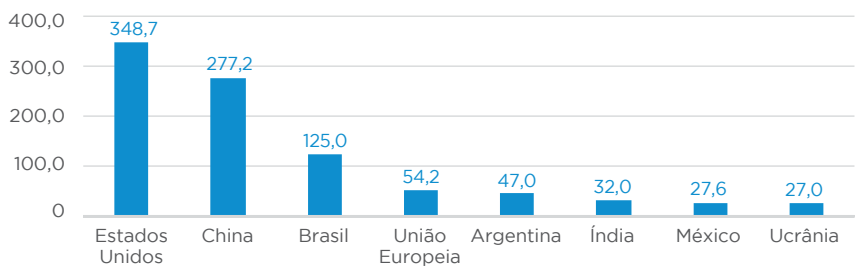
O ritmo atual dos embarques brasileiros está firme. Até a terceira semana de fevereiro último, o Brasil exportou 7,9 milhões de toneladas do grão, volume superior ao de todo o primeiro semestre de 2022 (6,3 milhões de toneladas). Esse desempenho foi, justamente, impulsionado pela demanda chinesa, que vem buscando diminuir a dependência das suas importações em relação aos EUA e à UE. ■

GRÁFICO 2 – DEMANDA INTERNA TOTAL DE MILHO E DEMANDA DESTINADA À PRODUÇÃO DE ETANOL
(MILHÕES DE TONELADAS)



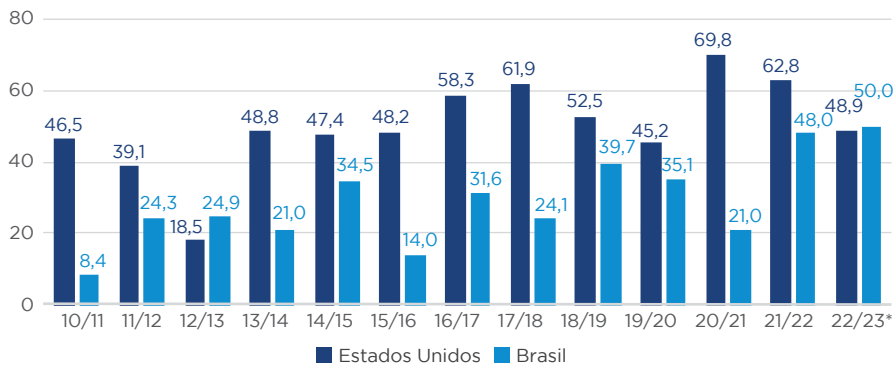
*Estimativa
Fonte: Conab; elaboração: Scot Consultoria

GRÁFICO 3 – PRODUÇÃO DE MILHO EM 2022/23
(MILHÕES DE TONELADAS)



Nota: estimativa em fevereiro de 2023
Fonte: USDA

GRÁFICO 4 – BRASIL E ESTADOS UNIDOS: EXPORTAÇÃO DE MILHO
(MILHÕES DE TONELADAS)



*Estimativa em fevereiro de 2023
Fonte: USDA

* Zootecnista da Scot Consultoria

COP 15 DA CONVENÇÃO SOBRE DIVERSIDADE BIOLÓGICA TRAZ OPORTUNIDADES PARA O BRASIL

LEONARDO MUNHOZ[1]

Como o Brasil possui uma grande biodiversidade e é detentor de biotecnologia, o resultado da 15ª Conferência das Partes (COP 15, na sigla em inglês) da Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica (CDB) representou tanto uma janela de oportunidades, como uma fonte de desafios para o País. Há a oportunidade única de o País ser protagonista e líder nas discussões futuras sobre o tema.

ATUALMENTE, A biodiversidade e a biossegurança são temas de crescente relevância. Isso ocorre não só porque são pontos-chave no combate às mudanças climáticas, mas também porque representam a possibilidade de geração de novos produtos oriundos de recursos genéticos, como fármacos que melhorem a saúde humana e culturas agrícolas mais sustentáveis. Nesse sentido, entre 7 e 19 de dezembro último, ocorreu, em Montreal, a 15ª COP da CDB, que tratou também do Protocolo Cartagena e do Protocolo de Nagoya, discutindo questões de extrema relevância global.

A COP 15 representou tanto uma janela de oportunidades, como uma fonte de desafios para o Brasil. Quanto a esse aspecto, fica evidente um jogo entre os países-partes da Convenção de proteger seus interesses, em especial os países desenvolvidos – de utilizar sua tecnologia, conseguindo novas fontes remotas de acesso ao patrimônio genético – e os países em desenvolvimento – de ser recompensados financeiramente pela sua biodiversidade.



JULIAN HABER/ UN BIODIVERSITY

Por ter uma grande biodiversidade e, também, ser detentor de biotecnologia, o Brasil navega nas duas posições. Tem necessidade de defender a sua biodiversidade, exigindo acessos oficiais ao seu patrimônio genético que permitam a justa repartição dos possíveis benefícios, bem como precisa incentivar o desenvolvimento da sua indústria de biotecnologia, com novas descobertas e patentes.

Nesse sentido, o Brasil possui um ordenamento jurídico ambiental completo, já contemplando vários pontos da pauta da CDB, como, por exemplo, o caso de sequenciamento digital de recursos genéticos, com a Lei Federal nº 13.123/15, já definindo esses recursos também como "informação", ou seja, não obrigatoriamente um acesso *in situ*.

Com isso, o País tem a oportunidade única de ser protagonista e líder no futuro das discussões, assumindo um papel de destaque, podendo utilizar o seu marco regulatório como tendência para os demais países, bem como ser destino de investimentos verdes à medida que as agendas do clima e de biodiversidade evoluam.

DISCUSSÕES CENTRAIS DA COP 15

Entre os temas discutidos na COP 15, cinco itens da agenda merecem atenção: (i) a biologia sintética; (ii) o sequenciamento digital; (iii) os procedimentos de análise de riscos; (iv) as considerações socioeconômicas de transgênicos; e (v) o *framework* global de biodiversidade para as próximas décadas.

A biologia sintética (SynBio) é uma forma de biotecnologia que, usando computadores, consegue reescrever o DNA de organismos, alterando suas rotas metabólicas, com a capacidade de ligar ou desligar características biológicas e, eventualmente, chegar à criação de genes completamente sintéticos/artificiais. Entre as negociações da COP 15, estavam a importância e os riscos da biologia sintética, especialmente com relação ao *gene drive*, que é uma forma de tecnologia na qual uma alteração genética é inserida em um organismo e um gene específico é passado de geração para geração.

Uma das principais aplicações dessa tecnologia ocorre no controle de vetores de doenças ou pragas. Porém, devido ao potencial de uma alteração genética influenciar várias gerações de uma espécie, há a preocupação de que a tecnologia *gene drive* possa modificar o equilíbrio da natureza e, eventualmente, causar a extinção de espécies inteiras. Com isso, as partes decidiram compor um grupo de especialistas para monitorar e analisar esse tema.

Adicionalmente, dentro da agenda de análise de riscos, as partes decidiram pela elaboração de um guia específico para mensurar os riscos dos *gene drives* e de peixes geneticamente modificados, ou seja, identificar quais impactos essas tecnologias podem ter tanto para a saúde humana, quanto para a biodiversidade (*i.e.*, artigo 15 do Protocolo de Cartagena).

Outro tema negociado na COP 15 foi o sequenciamento digital (DSI, na sigla em inglês), que é a capacidade tecnológica de digitalizar um recurso genético, ou seja, ter um DNA sequenciado digitalmente, também denominado *in silico*. Esse tema é de alta sensibilidade, uma vez que o sequenciamento digital tem o potencial de alterar a forma de acesso e repartição de benefícios do patrimônio genético dos países. Disponibilizado em bancos de dados eletrônicos – e, eventualmente, acessíveis online e remotamente –, o patrimônio genético teria o seu acesso e utilização imensamente facilitados.

Entretanto, com essa facilidade, também vêm os riscos de uso inadequado ou para fins indesejáveis, inclusive o risco de novas formas de biopirataria, não recompensando os países de origem desses recursos. Na COP 15, algumas partes discutiram a possibilidade de se criar um mecanismo global de repartição específico para os acessos digitais, porém ainda não se tem clareza no tema, principalmente a sua relação com o mecanismo global de repartição já previsto no Protocolo de Nagoya para todas as formas de acesso ao patrimônio genético.

Na COP 15, as partes também debateram as considerações socioeconômicas de transgênicos, ou seja, impactos sociais e econômicos oriundos da produção e da exportação de organismos geneticamente modificados. Desde 2014, um grupo de especialistas (Ad Hoc Technical Expert Group – AHTEG) reúne-se para tentar definir o que são considerações socioeconômicas (*socio-economic considerations* – SEC), de forma a criar orientações para balizar possíveis ações das partes.

Porém, mesmo com a COP 15, ainda não há uma nenhuma definição para o conceito de SEC. Por enquanto, há somente um conceito proposto pelo ATHEG e que inclui aspectos religiosos, éticos e culturais, sendo extremamente abrangente e subjetivo. Deve-se destacar que a falta de uma definição clara de SEC pode criar novas limitações e barreiras ao comércio no que se refere ao uso de produtos geneticamente modificados, tendo relação direta com a agenda da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Por fim, também houve a negociação do Post-2020 Global Biodiversity Framework, com o propósito de substituir as Metas Aichi de Biodiversidade, que se encerraram em 2020. Aquele documento menciona a futura perda de biodiversidade, com a continuação do "*business as usual*" das atividades de produção atuais, bem como define que diversas medidas poderão ser combinadas para a proteção do meio ambiente, mitigando a degradação atual da fauna e da flora, para o período 2030-2050.

Assim, as partes adotaram o texto com os resultados das discussões ocorridas na Conferência como um novo marco global de biodiversidade: o Quadro-Global Kunming-Montreal de Biodiversidade*. Este não só revê as antigas Metas de Aichi – como restaurar pelo menos 30% da biodiversidade degradada em áreas terrestres, marítimas e costeiras, minimizar os impactos das mudanças climáticas e assegurar o uso de recursos genéticos por meio da repartição justa de benefícios –, mas também cria a intenção de financiamentos no valor de US$ 200 bilhões ao ano até 2030 em projetos para a proteção da fauna e da flora mundiais.

Para maiores informações, veja: MUNHOZ, L.; VARGAS, D. (2023). 15ª Convenção das Partes da Convenção de Diversidade Biológica – Riscos e Possíveis Consequências para o Brasil. FGV Agro/ OCBio. São Paulo. Disponível em: https://eesp.fgv.br/centros/observatorios/bioeconomia. ■

*https://www.cbd.int/article/cop15-final-text-kunming-montreal-gbf-221222

1Pesquisador do Observatório de Conhecimento e Inovação em Bioeconomia da Fundação Getulio Vargas (OCBio/FGV)

OS MARCOS REGULATÓRIOS E A GESTÃO NO CAMPO: OS EIXOS DE ATUAÇÃO DO GESTOR

ANDRÉ RICARDO PASSOS DE SOUZA*

Neste artigo, vamos iniciar uma discussão sobre a importância da compreensão, por parte do gestor dos negócios no campo, acerca do impacto dos regramentos jurídicos e dos principais marcos regulatórios do setor nas suas atividades, como funcionam e como podem ser aplicados para a boa gestão dos negócios.

TODOS SABEMOS da importância do agronegócio nos dias de hoje não só para a economia do Brasil, mas também para fins de inserção do País nas cadeias econômicas globais. A capacidade de geração de externalidades positivas a partir da produção agropecuária resulta no desenvolvimento do setor do agronegócio, que compartilha competência e pujança, impactando positivamente e em larga escala todos os demais setores das economias brasileira e mundial. Assim, o setor representa um vetor importantíssimo em termos de políticas públicas, que podem e devem desempenhar um papel fundamental na construção de um projeto de país para as gerações atuais e futuras. Para citar um exemplo que corrobora a afirmação, as emissões registradas de Cédulas de Produto Rural (CPRs) – promovidas com base na Lei nº 13.986/20, a chamada Nova Lei do Agro – ultrapassaram R$ 250 bilhões somente em 2022.

O que poucos levam em conta, entretanto, é que, para se chegar ao sucesso do agronegócio nos dias de hoje, foram necessárias, além de muito trabalho e esforço empreendedor de gerações de brasileiros, a concepção e a execução de uma política de Estado – materializada pela edição de marcos legais ou "marcos regulatórios", como preferimos denominar. A edição e a sobreposição de normas jurídicas – como uma espécie de bolo de noiva, com várias camadas de leis, regulamentos, decretos, portarias e julgados dos tribunais pátrios – propiciaram ao empreendedor do campo ou ao gestor dos negócios um mínimo de governança e previsibilidade dentro de uma lógica jurídica. Com base em um mínimo de segurança jurídica, representada pela concatenação lógica desses marcos regulatórios no bojo de políticas públicas, os gestores foram capazes de respaldar suas ações na manutenção e no crescimento dos negócios na cadeia ampla do agronegócio.

É evidente que, por outro lado, ocorreram fatos nessa história que romperam com a lógica harmônica de políticas públicas voltadas para o bom desenvolvimento dos negócios no campo, com mudanças abruptas na legislação e até de alterações de entendimento dos tribunais superiores acerca de questões já relativamente pacificadas. Como exemplo, pode-se citar a extinção do Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA) e do Instituto Brasileiro do Café (IBC), ainda na década de 1990, no governo Collor de Mello, e a alteração de entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) acerca da constitucionalidade do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL), entre outros.

No entanto, a regra geral é que há um conjunto harmônico de marcos regulatórios voltados à regulação e ao desenvolvimento do agronegócio brasileiro e que ele, via de regra, se bem compreendido e utilizado pelos gestores, pode e deve respaldar uma linha de ação clara. Isso redunda em muitos aspectos positivos a serem revertidos para as atividades agropecuárias, em favor dos negócios realizados no âmbito do setor.

Assim, neste primeiro artigo tratando sobre essa temática, pretendemos apresentar os principais eixos de gestão a que se referem os marcos regulatórios específicos, tentando colocar em perspectiva, também, a ideia de continuidade e unicidade em torno das políticas públicas materializadas por meio da edição desses marcos regulatórios. Trataremos da matéria, portanto, respeitando os seus respectivos marcos temporais, para que possamos demonstrar a lógica intrínseca do que estamos denominando como "marcos regulatórios do agronegócio brasileiro". No quadro a seguir, é possível observar a divisão desses marcos por eixos de gestão e que estão colocados em uma cronologia de datas de edição para cada uma das temáticas relacionadas à gestão no campo.

Como se verifica no quadro, esses marcos regulatórios, representados por

normas legais e, até mesmo, infralegais – como o Decreto nº 10.828/21, que instituiu a CPR Verde –, definem eixos para a atuação do gestor no campo.

Tais eixos de atuação requerem do gestor o entendimento quanto aos regramentos envolvidos, ao alcance dessas normas e aos impactos positivos e/ou negativos sobre seus negócios (gestão de riscos e potenciais ganhos), além do exato dimensionamento dos efeitos e das ferramentas distintas que por eles foram instituídos. No final das contas, esse quadro pode servir como um guia para a adoção de regras de conduta a serem observadas pelo gestor no campo para ordenar e facilitar a boa atuação nos seus negócios realizados no setor.

MARCOS REGULATÓRIOS DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO

EIXO DE GESTÃO	Marcos regulatórios	
	Temática	Data
1. Estrutural/ governança	Estatuto da Terra	1964/66
	Lei do Cooperativismo	1971
	Criação da Embrapa*	1972
	Trading companies	1972
	Lei da S/A	1976
	Código Civil	2002
2. Financiamento/ comercialização	Lei do Crédito Rural	1965
	Lei da CPR	1994
	Lei dos Novos Títulos do Agro	2004
	Lei do Agro	2020
	Fiagro**	2021
	Nova Lei do Agro	2022
3. Fiscal/previdenciário	IRPF***	1990
	INSS**** do produtor rural	1991
	IR do produtor rural PJ	1995
	INSS das agroindústrias	2001
	IRPF dos rendimentos do agro	2006
4. Meio ambiente	Política Nacional do Meio Ambiente	1981
	Código Florestal	2012
	CPR Verde	2021

*Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária; **Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais; ***Imposto de Renda de Pessoa Física; ****Instituto Nacional do Seguro Social

SHUTTERSTOCK



Ademais, é importante notar que cada um desses eixos também evolui no tempo, trazendo em si, em termos de cronologia mesmo, o desenvolvimento das políticas públicas, que, por fim, visam suprir as necessidades de produção no campo, financiamento, custeio, comercialização e, até mesmo, segurança jurídica. Tudo isso para garantir o escoamento da produção agropecuária e o ciclo de captura de rendimentos pelo produtor rural e o seu reinvestimento na produção e nas melhorias dos fatores de produção. Sem falar nos aspectos ambientais, de governança e outras tantas questões estruturais que estarão sempre presentes a ensejar e fomentar o desenvolvimento do agronegócio brasileiro.

Por fim, resta dizer que a boa gestão dos negócios no campo passa pelo entendimento e pela aplicação corretos das ferramentas que se encerram nesses marcos regulatórios, de modo que a compreensão acerca de seu funcionamento e sua inter-relação sistêmica pode representar um diferencial competitivo para o produtor rural. Isso maximiza os seus resultados e contribui decisivamente para a continuidade dos seus negócios no campo.

Mais adiante, desenvolveremos o raciocínio sobre cada um desses eixos de atuação do gestor representados pelos seus respectivos marcos regulatórios que foram citados. Explicitaremos, assim, um a um, mostrando como devem ser entendidos e, também, utilizados pelo produtor rural e pelo gestor dos negócios no campo. ■

* Professor da Fundação Getulio Vargas (FGV) e sócio-fundador do Passos e Sticca Advogados Associados (PSAA)

HEDGE DE MILHO COM OPÇÕES

LUIZ CLÁUDIO CAFFAGNI*

Operações de hedge *no mercado de opções são uma boa maneira de os agentes se protegerem contra oscilações de preços, pois estabelecem uma barreira na direção indesejada das cotações, ficando, ao mesmo tempo, livres para comercializar em condições melhores. No artigo da edição de fevereiro, entendemos a formação dos preços do milho e o comportamento dos mercados futuros na B3, cujos conceitos são, agora, aplicados no mercado de opções de milho.*

CONSIDERE UM produtor do médio-norte de Mato Grosso com 500 hectares (ha) de produção de milho 2ª safra (safrinha), cujo custo operacional de produção (sem o arrendamento) seja de R$ 4.174/ha, para uma produtividade de 99 sacas/ha. O preço de venda do milho a termo (com entrega para setembro) seria de R$ 65,00/saca.

A lucratividade será dada pela multiplicação da produtividade pelo preço de venda, deduzido dos custos de produção, cujo resultado deve ser multiplicado pela área, conforme o seguinte cálculo: [(99 sacas/ha x R$ 65/saca) - R$ 4.174/ha] x 500 ha = R$ 1,13 milhão.

A cada R$ 5,00/saca de variação no preço, o resultado desse produtor oscila em R$ 247,5 mil. Para não correr o risco de o preço cair e prejudicar a porção da safra ainda não fixada, é fundamental realizar vendas futuras para estabilizar o resultado.

Entretanto, ao fixar o preço de venda – por exemplo, via contrato a termo –, o produtor renuncia à possibilidade de aproveitar eventuais altas do preço.

Por incontáveis vezes, produtores fixaram o preço de venda antecipadamente e, no momento da entrega da mercadoria, o preço do mercado à vista encontrava-se bem acima do que fora combinado anteriormente. Isso gerava quebras de contrato e discussões jurídicas. Uma solução parcial desse problema é a utilização do mercado de opções, uma das modalidades de derivativos.

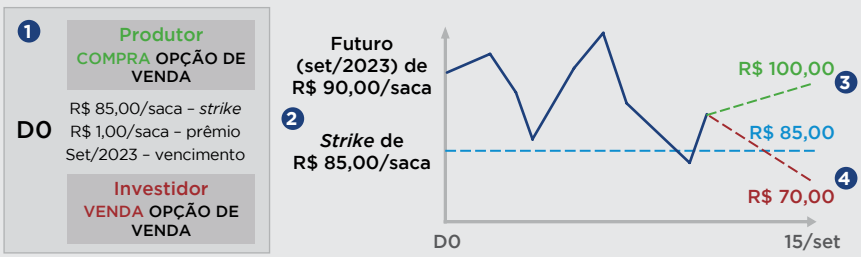
OPERAÇÃO DE OPÇÃO DE VENDA OU PUT DE MILHO

- Em D0 (gráfico), o produtor compra uma PUT com preço mínimo de referência de venda (preço de exercício ou *strike*) de R$ 85,00/saca, com vencimento para setembro próximo, pagando R$ 1,00/saca (prêmio) para o vendedor da PUT. O produtor quer proteger-se contra uma queda de preços, mas quer ficar livre para aproveitar altas no mercado à vista. Ele pagou o prêmio para ter essa condição contratual que chamamos aqui de "opção". Por outro lado, o vendedor da PUT, que, nesse caso, é um investidor, recebe antecipadamente o prêmio em troca de se obrigar a pagar a diferença para o produtor se o preço for abaixo de R$ 85,00/saca.
- Ainda em D0 (gráfico), o preço futuro do milho para setembro estava cotado a R$ 90,00/saca (R$ 5,00/saca acima do *strike*). Como a opção é liquidada pelo preço futuro do milho de setembro, conclui-se que só haveria exercício na opção se o futuro caísse abaixo de R$ 85,00/saca. Perceba que o vendedor da PUT (contraparte do produtor) embolsa o prêmio na esperança de o preço futuro ficar abaixo de R$ 85,00/saca.

Hipóteses no vencimento:

1. Imagine que, em setembro próximo, o preço futuro esteja a R$ 100,00/saca. A PUT não seria exercida e "viraria pó", porque o preço futuro estaria acima do preço de exercício (*strike price*), de R$ 85,00/saca. Deste modo, o produtor aproveitaria a alta e venderia o milho no mercado à vista por um preço maior.
2. Caso o preço caia para R$ 70,00/saca em setembro, o produtor exerce o seu direito de vender a R$ 85,00/saca (*strike*). Assim o vendedor da PUT pagará R$ 15,00/saca (R$ 85,00/saca - R$ 70,00/saca) ao produtor. Mas o resultado líquido seria de R$ 14,00/saca, porque o produtor precisaria descontar o prêmio (R$ 1,00/saca) pago no início da operação.

OPERAÇÃO DE OPÇÃO DE VENDA (PUT)



Fonte: elaboração pelo autor

Derivativos são mercados que negociam, por meio de contratos, cotações para datas futuras de *commodities*, taxas de juros, moedas, índices e ativos financeiros. Existem quatro tipos de derivativos: termos, futuros, opções e *swaps*. Cada um possui características próprias e é utilizado para uma finalidade específica: *hedge* (proteção contra oscilação adversa no preço), especulação ou arbitragem.

No mercado de opções, os *hedgers* escolhem limites/barreiras mínimas de preço (no caso do produtor) ou limites/barreiras máximas de preços (no caso do granjeiro)!

No primeiro caso, considere que um produtor fixa um limite mínimo de venda, ou seja, o preço pode cair somente até o limite estabelecido. A partir daí, o produtor ganha a diferença entre o limite preestabelecido no contrato de opção e o preço do mercado (da bolsa). Caso o preço suba, a opção perde a validade e ele aproveita a alta do mercado à vista.

Por outro lado, imagine que um granjeiro possa estabelecer um limite de preço máximo para a aquisição de milho, sendo que, acima do limite, o granjeiro ganha a diferença entre o limite e o preço do mercado (da bolsa). Mas, se o preço cair, a opção deixa de existir e ele compra milho mais barato no mercado à vista.

Note que, no mercado de opções, os *hedgers* somente protegem-se de variações de preço indesejáveis, podendo aproveitar o mercado à vista se o preço se movimentar de maneira favorável.

Neste artigo, mostraremos o *hedge* com opções somente para produtores (*vide* box). No artigo do próximo mês, será a vez de analisarmos o caso dos agentes que precisam comprar milho e realizam operações de *hedge* para se proteger contra a alta de preços, como granjeiros, cerealistas e processadores.

COMO O PRODUTOR DE MATO GROSSO DEVE UTILIZAR A PRECIFICAÇÃO DA B3

Para fazer operações de milho na B3, o produtor de qualquer região do Brasil deve entender qual é a diferença média entre o preço da sua região de produção e o preço cotado na B3.

A tabela mostra os diferenciais de preço entre o milho do médio-norte de Mato Grosso e o de Campinas (praça de referência da cotação de milho na B3) para os meses de comercialização da safrinha (pós-colheita). Note que, na média dos últimos três anos, durante os meses de comercialização, o preço em Mato Grosso ficou R$ 16,60/saca abaixo do preço do Indicador Esalq/B3, que reflete Campinas e é utilizado para liquidar as operações de opção na B3.

Diante das informações da tabela, como o produtor pode fazer um juízo de valor do preço da B3 e realizar uma operação de *hedge* com opções?

Um dos métodos de avaliação consiste no seguinte raciocínio: considere que, em 23 de fevereiro último, o preço do milho para setembro estava negociando ao redor de R$ 87,70/saca. Para comprar uma PUT pelo *strike* igual ao preço futuro, o prêmio seria muito caro. Diante disso, o produtor aceita fazer um *hedge* utilizando contrato de opções ao preço de R$ 80,00/saca, pagando R$ 1,50/saca. Com isso, o produtor estabelece, na B3, um preço mínimo de venda de R$ 78,50/saca (R$ 80,00/saca - R$ 1,50/saca), o que significa que ele está garantindo um preço mínimo de venda de R$ 61,90/saca (R$ 78,50/saca - R$ 16,60 saca) na sua região de produção.

Abaixo de R$ 78,50/saca, o produtor está protegido, mas, se o preço do milho subir, ele ganha com a alta do mercado à vista.

O MERCADO DE OPÇÕES DE MILHO NA B3

O mercado de opções da B3 vem crescendo, mas ainda tem pouca liquidez. Em 23 de fevereiro último, havia 4,2 milhões de toneladas (3,2% da safra brasileira de milho) fixadas entre PUT e CALL para diversos meses de vencimentos futuros. A baixa liquidez impacta as operações com opção ao estabelecer valores de prêmios mais elevados (valor pago na compra da opção) e custo mais caro do *hedge*.

Para cotar os prêmios de opções de milho, deve-se entrar em contato com um corretor participante da Câmara de Compensação da B3, cuja listagem encontra-se no site da bolsa. ■

DIFERENCIAIS DE PREÇO DO MILHO ENTRE O MÉDIO-NORTE DE MATO GROSSO E O INDICADOR ESALQ/B3

(R$/SACA)

	2020	2021	2022
Julho	-17,27	-24,56	-15,12
Agosto	-15,10	-19,87	-14,10
Setembro	-11,57	-16,80	-15,05
Média do trimestre	-14,65	-20,41	-14,76
Média do período	-16,60		

Fontes: Cepea/Esalq/USP; IMEA; elaboração pelo autor

* Membro do Conselho de Administração da Sombrero Seguros, *partner* da Archer Education e professor dos Programas de Pós-Graduação Lato Sensu da Universidade Presbiteriana Mackenzie e da Fundação Getulio Vargas (FGV) – luiz@archereducation.com.br

FIAGRO-FIDC: OPÇÃO DE CRÉDITO COMPETITIVA PARA O AGRO?

ANA PALAZZO[1], A. CARLOS ORTIZ[2]

Empresas com alto nível de governança que originam carteiras de adiantamentos a produtores com boa governança administrativa e bom desempenho de crédito, permitindo uma colocação eficiente de cotas de fundos entre investidores, podem ser competitivas na estruturação de Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagro) lastreados em recebíveis. Esses fundos podem completar competitivamente as necessidades de crédito do setor agrícola, até recentemente supridas pela intermediação de bancos.

A AGRICULTURA brasileira deve continuar na trajetória de crescimento, demandando aproximadamente R$ 40 bilhões em capital a cada ano, adicionais aos R$ 620 bilhões que foram usados em recursos em 2022. Esse crescimento de demanda por crédito acontece ao mesmo tempo em que tem havido um declínio dos fundos controlados por políticas públicas, que devem seguir nessa trajetória de enxugamento dadas as pressões orçamentárias por gastos em outras frentes. Como sustentar o crescimento da agricultura em um ambiente de redução do crédito controlado pelo Governo?

Os recursos privados já têm ocupado esse espaço, e o mercado de capitais tem participado de forma crescente, principalmente por meio de financiamentos da cadeia de suprimentos, repassados por cooperativas e outras empresas de insumos e comércio agrícola, chamados "*sponsors*" na oferta desses financiamentos.

OS FIAGRO-FIDC COMO FERRAMENTA PARA O FINANCIAMENTO DO AGRO

Um instrumento que tende a ganhar destaque como estrutura para financiamento da cadeia agroindustrial, emitido por *sponsors* (que podem ser uma cooperativa, revenda ou outra empresa que financia o produtor), são os Fiagro-FIDC (Fundo de Investimentos do Agronegócio) lastreados em recebíveis – representam valores devidos por produtores



SHUTTERSTOCK

provenientes de compras realizadas a prazo, por exemplo, na aquisição de insumos. Os *sponsors* têm, também, a alternativa de emitir Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRAs) na busca de recursos de investidores para financiamento da produção rural.

Seriam os Fiagro-FIDC uma alternativa mais competitiva do que os CRAs? Por quais motivos e em quais condições? Foi o que buscamos medir comparando custos entre esses dois instrumentos, visando auxiliar empresas financiadoras das cadeias do agronegócio na busca e na oferta de recursos aos menores custos possíveis, para que tenham o máximo de competitividade no mercado.

A redução de custos tributários envolvidos numa operação financeira, a redução dos custos operacionais, o encurtamento logístico entre investidores e produtores e a redução do risco das operações tornam o custo do crédito mais competitivo. O aumento de alternativas e da concorrência entre formas e agentes diversos contribui para que a redução de custos seja repassada aos produtores.

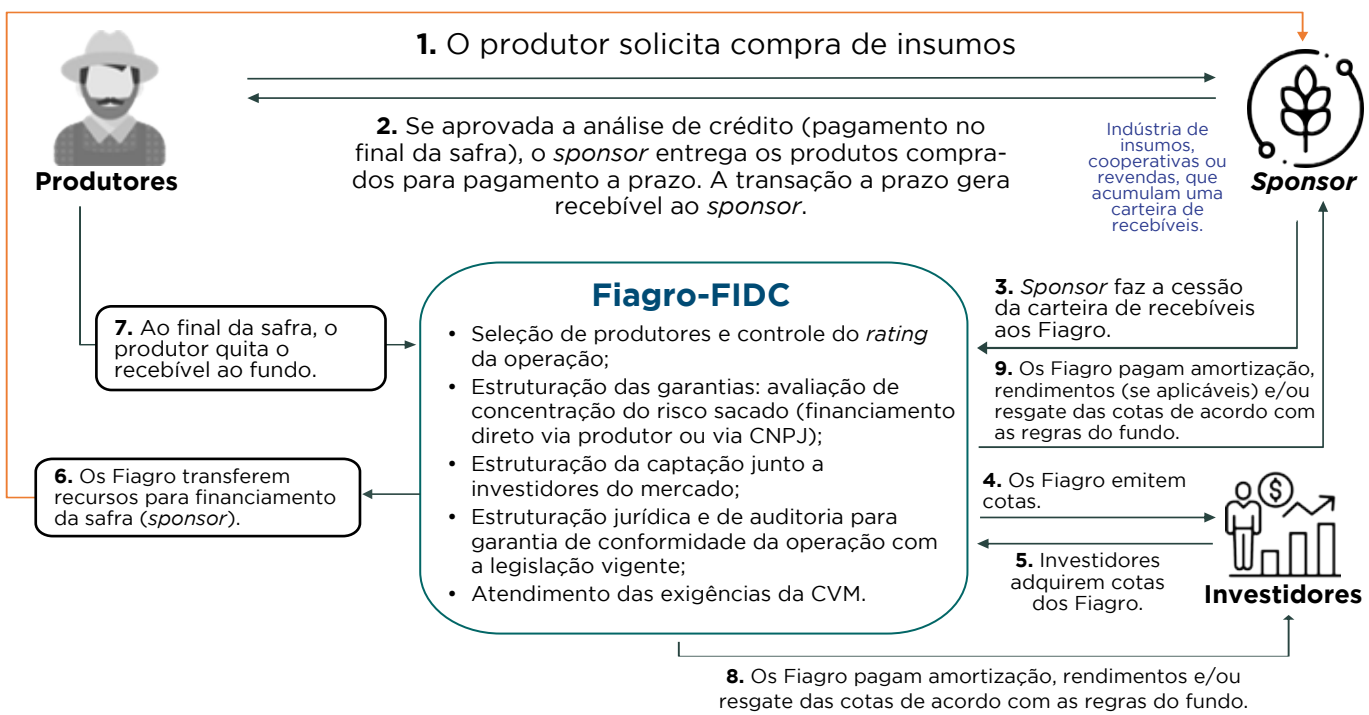
O acesso de investidores diretamente a produtores individuais é complexo e caro, pela fragmentação do setor, pelas suas peculiaridades e pela falta de relatórios financeiros. Porém, operações como Fiagro e CRA permitem que investidores invistam em cotas de capital de uma carteira de direitos creditórios originados pelos *sponsors*, que já têm um acesso natural aos produtores dado seu negócio comercial no campo.

O *sponsor* financia a cadeia de suprimentos e coordena a transação de crédito, a sua documentação, a formalização e, possivelmente, o monitoramento do risco. O valor e o risco dessa carteira passam a ser divididos em cotas por meio da securitização desses recebíveis.

O custo de uma operação financeira é proporcional ao risco de crédito associado a essa operação. Sempre que pudermos reduzir o risco de crédito, tendemos a reduzir o custo financeiro. Quando um credor empresta para uma empresa, depende do repagamento que espera que essa empresa realize ao final do prazo do empréstimo.

Como, no caso da securitização de uma carteira de recebíveis, o repagamento provém diretamente dos produtores que geraram esses recebíveis, criam-se duas oportunidades de redução de risco e de custo: (i) a diversificação do risco, pois a carteira inclui recebíveis de muitos produtores distintos; e (ii) a certa dissociação do risco do *sponsor* que originou a carteira, pois, ao invés de o investidor tomar o risco de uma única empresa (o *sponsor*), e depender o repagamento dessa única empresa, ele diversifica o seu risco em inúmeras fontes de repagamento (os produtores), podendo ter o risco reduzido e baratear a operação.

ESTRUTURA E FLUXO DE FIAGRO-FIDC COM EMISSÃO POR UM ÚNICO *SPONSOR*



Fonte: análise elaborada pelos autores com base em dados do Sistema Financeiro Nacional (SFN), normativas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e análises de inteligência da Vallya Agro e de Wang *et al.* (2022)

COMPETITIVIDADE DE FIAGRO-FIDC *VERSUS* CRA

Na análise comparativa entre os dois instrumentos, CRA e Fiagro-FIDC, utilizamos o diferencial de custo acumulado em dez anos entre operações de securitização de carteira de recebíveis, conforme as seguintes premissas-chave: (a) porte das operações; (b) periodicidade de emissão (prazo); (c) taxa de remuneração do produto (juros das operações); (d) custos operacionais diversos para a emissão de ambas as operações, incluindo todos os intermediários pertinentes para cada caso; e (e) nível de subscrição (aceitação da operação pelos investidores).

O nível de subscrição é função do apetite do mercado ao risco do *sponsor* e da carteira. Empresas de primeira linha com carteiras de ótimo histórico de desempenho tendem a ter um alto nível de subscrição, com investidores adquirindo 100% das cotas propostas.

Os custos de estruturação dos Fiagro tendem a ser menores do que os dos CRAs, principalmente por conta da taxa de distribuição. Porém, os custos de manutenção dos Fiagro tendem a ser maiores do que os dos CRAs, principalmente por conta da taxa de administração. Para cada caso, os custos são relativamente rígidos, e a vantagem entre se estruturar Fiagro ou CRA vai depender de como diluímos esses custos rígidos.

O gráfico desta página resume os resultados da análise, em que se comparou a economia (valor positivo) ou o custo adicional (valor negativo) da emissão de Fiagro-FIDC à emissão de CRA para uma operação de R$ 500 milhões realizada ao longo de dez anos. As duas alternativas consideraram a mesma taxa de juros; sendo assim, o impacto dos custos de estruturação da operação é a única variável que se altera de um caso para outro.

As principais conclusões da análise são:

- Quanto mais curta a periodicidade de reemissão de CRA, maior tende a ser a economia em se utilizar Fiagro-FIDC;
- Quanto melhor o nível de subscrição de Fiagro-FIDC, maior tende a ser a economia frente a CRA.

Isso ocorre, principalmente, porque os custos de emissão de uma nova operação de CRA tendem a ser maiores do que os de Fiagro-FIDC similares, especialmente por conta da taxa de distribuição e, em alguns casos, da emissão de garantias.

A escolha mais econômica é importante, pois, num mercado competitivo, o *sponsor* pode repassar uma parte das economias feitas na captação de recursos para os produtores, beneficiando a cadeia.

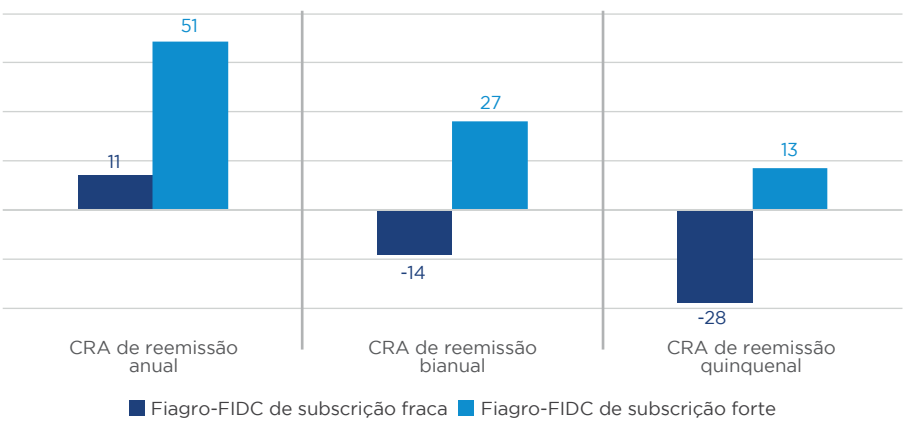
Empresas de melhor governança, com carteiras de melhor histórico beneficiar-se-iam da estruturação de fundos para suas carteiras de financiamento de produtores por meio de Fiagro-FIDC, mesmo que o comparativo seja com CRA de emissão mais longa. Melhorar o nível de governança da empresa e originar carteiras com um bom desempenho histórico, diversificadas e bem formalizadas gera vantagens competitivas.

O mercado de capitais, com recursos providos por investidores, aportou aproximadamente 3% do total demandado em crédito nas cadeias agrícolas na safra 2021/22, principalmente via operações de CRA. Poder explorar com mais propriedade o mercado de capitais, com custos de transação e financeiros mais baixos, permite a essas empresas ganhar fatias de mercado adicionais, na medida em que levam aos produtores negócios mais competitivos.

A participação do mercado de capitais para o financiamento do agronegócio tende a crescer, e, para isso, o nível de planejamento, estruturação e controle dos envolvidos deverá ser robusto. É vital selecionar a operação correta para o perfil do seu negócio a fim de obter, de fato, custos competitivos.

E a sua empresa, está preparada para o mercado de capitais? ■

ECONOMIA (VALOR POSITIVO) E/OU CUSTO ADICIONAL (VALOR NEGATIVO) GERADOS PELA EMISSÃO DE FIAGRO-FIDC EM RELAÇÃO A CRA AO LONGO DE DEZ ANOS (R$ MILHÕES)



Fonte: elaboração pelos autores com base em *benchmarking* com agentes do SFN e análises de dados da B3

1 Mestranda em Assuntos Contemporâneos da China, na Renmin University of China (no *campus* de Suzhou) – ana_c_palazzo@hotmail.com

2 *Senior associate* no Centrec LLC e na AgroSchool – carlos.ortiz@agroschool.com.br

SHOW RURAL COOPAVEL MOSTRA A FORÇA DO AGRO

JEAN PATERNO

Jornalista e assessor de imprensa da Coopavel e do Show Rural Coopavel

Com 384 mil visitantes e R$ 5 bilhões em vendas, a 35ª edição do evento entra para a história como a de maior público e de maior resultado em vendas desde 1989.

"OS RESULTADOS alcançados mostram a força do agronegócio e a confiança dos produtores rurais numa cadeia produtiva fundamental para o Brasil e o mundo", declarou Dilvo Grolli, diretor-presidente da Coopavel Cooperativa Agroindustrial. Para completar, ele agradeceu a participação dos visitantes, expositores e entidades do setor, junto do empenho dos funcionários e do apoio dos governos estadual e municipal.

O desafio do Show Rural consiste em garantir a qualidade da organização e os conteúdos técnicos repassados aos produtores rurais. Nesse raciocínio, Rogério Rizzardi, coordenador-geral do evento, destacou: "As novidades trazidas pelos seiscentos expositores trarão avanços importantes ao cotidiano das propriedades rurais de Cascavel, do Oeste e de todos que tiveram contato com elas". A 36ª edição acontecerá de 5 a 9 de fevereiro de 2024.

Autoridades públicas marcaram presença: Ratinho Junior e Darci Piana, respectivamente, nas condições de governador e vice-governador do estado do Paraná, Arthur Lira, presidente da Câmara Federal de Deputados, além de deputados e secretários estaduais. De Cascavel, o prefeito, Leonaldo Paranhos, e o presidente da Associação Comercial e Industrial (Acic), Genesio Pegoraro, prestigiaram o evento em seus cinco dias de realização.

SMART AGRO BRASIL

No 35º Show Rural Coopavel, com uma proposta para fortalecer o agronegócio brasileiro, quatro empresas de referência em suas respectivas áreas de atuação montaram uma parceria promissora: a Smart Agro Brasil. Tais empresas são a Coopavel, o Parque Tecnológico Itaipu-Brasil (PTI-BR), a Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Fundetec) e a Brasil Soberano.

A junção de inúmeras informações possibilita ao produtor rural ter em mãos material rico para análises e tomadas de decisão mais assertivas. Assim, a Smart Agro Brasil acelera a transformação digital do agro por meio da hiperconvergência de dados, apresentando uma visão clara, estratégica e direcionada para melhorar a cadeia do agronegócio, segundo o que afirmou Andrei Deuschle, presidente do Grupo Brasil Soberano.



Neste momento dinâmico para o Paraná, o Brasil produz 10% dos alimentos do mundo e tem potencial para aumentar muito mais. "Nesse processo de aumento de produção, ferramentas como a Smart Agro assumem protagonismo, pois, como centro de inteligência do agronegócio, ela incorpora múltiplas plataformas por meio de um amplo sistema de inteligência artificial", pontuou Alcione Gomes, presidente da Fundetec.

A parceria que cria a Smart Agro Brasil foi elogiada pelo general Eduardo Garrido, então diretor-superintendente do PTI-BR: "O agro faz parte das nossas temáticas para materializar ações de olho na geração de mais riquezas e bem-estar às pessoas". Além disso, o Paraná é um modelo para o mundo na produção de alimentos e energias renováveis, segundo o que enfatizou o secretário da Secretaria Estadual do Planejamento, Guto Silva.

Por sua vez, Dilvo Grolli considera a Smart Agro um instrumento para perspectivas de bons negócios futuros. Os serviços do projeto envolvem plataformas com dados abertos integrados e compartilhados. A conectividade do campo, a capacitação de mão de obra qualificada e consultorias especializadas geram valor na cadeia do agro. O Selo de Excelência Smart Agro Brasil será o primeiro de excelência nacional. ■

AGROCERES



O GOSTO AMARGO E ALGUMAS LIÇÕES DE 2022



MATHEUS MORETTI
Gestor técnico de bovinos de corte da Agroceres Multimix

O ANO de 2022 não foi fácil para o pecuarista! Desde a virada de jogo e a recuperação do valor da arroba ao final de 2021, vivemos um período complicado. Por mais que a arroba tenha fechado com uma alta de 3,8% na comparação ano a ano, assistimos à sua queda ao longo do ano, mês a mês, fechando com um valor médio de R$ 317,7, ante R$ 306,0 em 2021.

Na contramão dessa queda, o confinador e o invernista vivenciaram a firmeza dos preços das *commodities* agropecuárias, com momentos de tensão e altas nos preços, o que não suavizou em nada a queda da arroba.

Os produtores que conseguiram operacionalizar um bom planejamento de compra e venda – tanto da reposição, como dos insumos envolvidos na atividade – e associaram a isso uma eficiência produtiva sentiram menos as dores do ano.

CICLO DE BAIXA DA PECUÁRIA

Avaliando o comportamento de preços e as relações de troca, percebemos que toda essa movimentação de 2022 se justificou. Nesse ano, houve um início do ciclo de baixa da pecuária, que ocorre a cada quatro anos em média, comandado pela oferta de vacas para abate e/ou bezerros.

Quando o valor do bezerro está em alta, a retenção de fêmeas aumenta, pois o criador é atraído para produzir mais bezerros. O menor descarte de matrizes reduz a oferta de animais para o abate, e o valor da arroba do boi sobe.

Por sua vez, o aumento da oferta de bezerros no médio prazo, provocado pela retenção de fêmeas, pressiona o seu preço para baixo. Isso leva ao aumento do abate de fêmeas, aumentando a oferta de animais para abate e, consequentemente, pressionando para baixo o valor da arroba do boi gordo.

Com o maior abate de fêmeas, a oferta de bezerros cai no médio prazo, pressionando o preço do bezerro para cima

e, como consequência, aumentando a retenção de fêmeas, dando início a um novo ciclo pecuário.

Tenha certeza de que, ora mais curto, ora mais longo, com algumas particularidades em função do cenário em questão, o ciclo pecuário irá acontecer como se dá para qualquer produto que tem o seu preço influenciado pelo mercado de oferta e demanda.

RECRIA E ENGORDA

Fora a queda do valor de arroba ao longo do ano, o custo para carregar o estoque (valor de reposição) em 2021 para quem faz a recria e a engorda dos animais trouxe uma conta alta a ser realizada. O ágio pago pela reposição em 2021 (que desapareceu quando da venda dos animais em 2020 e 2019) realizou-se em alta em 2022.

De 2020 para 2021, a reposição foi de R$ 310,7 por arroba (@), ante R$ 306,0 pagos pela arroba de boi gordo, o que levou o produtor a não sentir o custo de estoque. Já em 2022, os preços do boi gordo, de R$ 317,7/@, ficaram aquém dos R$ 445,5/@ de bezerro realizados em 2021.

Ou seja, o estoque da reposição feito em 2021, ao se realizar em 2022, levou um ágio (custo de estoque) de 40,5%, ou R$ 128,5/@, para dentro da porteira. Um bezerro reposto em 2021 com 7 @ representou um custo de R$ 899,5, tornando a conta de 2022 muito difícil.

CRIA

Mas não só o recriador amargou dificuldades em 2022. Para quem faz cria, o ano também trouxe um cenário baixista. Com o mercado de boi gordo desaquecendo, o valor da reposição também caiu, com o valor do bezerro fechando o ano com uma queda de 8,5% em comparação a 2021.

ALGUMAS LIÇÕES A SEREM CONSIDERADAS

Para quem estuda e entende o comportamento do ciclo pecuário e consegue acertar os momentos de virada de ciclo, o ganho é certo. É como vender uma ação quando ela está em alta e comprá-la novamente quando em baixa.

Pensando dentro da porteira, seria o mesmo que se capitalizar vendendo o estoque no momento de alta e aportar enchendo a fazenda de novas arrobas com o valor em baixa. Isso, por si só, traria bons ganhos financeiros.

Mas a tarefa não é fácil e se compara a almejar ganhos buscando lucrar com a volatidade no curto prazo por meio da compra e da venda de ações na bolsa. A pergunta é: você quer ganhar dinheiro comprando e vendendo arrobas/animais? Ou produzindo?

PARA QUEM PRODUZ, EM QUE MIRAR PARA SUAVIZAR O AMARGO DE 2022?

Para o invernista, note que a queda na reposição foi muito mais forte do que no boi. Olhando para a relação, houve uma redução na quantidade de arrobas de boi gordo necessárias para repor um bezerro na fazenda. Isso traz a possibilidade de sair de um estoque caro de 2021 para um custo de estoque menor em 2022.

Outro ponto é que, travando a relação de troca em 2,5 bezerros comprados com a venda de 1 boi gordo, o peso de abate poderia ser menor do que em anos anteriores. Isso permitiria um giro mais curto de confinamento e/ou um ganho "futuro" caso o animal fosse abatido mais pesado e o estoque a ser reposto fosse mantido.

Diante da volatilidade de preços comandada pelo ciclo, é importante saber avaliar muito bem o ganho econômico relacionado à produção e o relacionado à atividade como um todo (valorização, ou depreciação do estoque de arrobas).

Uma boa forma para suavizar essas oscilações seria, além da avaliação anual da atividade, uma ponderação sobre o médio prazo, olhando para o resultado econômico médio de alguns anos. Para o criador, o cenário em si é o mesmo.

Cortes relacionados a nutrição *versus* prenhez, por exemplo, podem impactar negativamente os custos de produção do bezerro, potencializando o cenário negativo. Olhar para a possibilidade de renovação da genética do plantel, vendendo vacas velhas e trazendo novilhas de reposição e/ou aumentando o rebanho com a compra de animais, parece ser um dos caminhos que a virada de ciclo traz.

Um fato a ser observado diante desses movimentos de preços é que, na média, tanto as oscilações altistas como as baixistas são mais voláteis no bezerro do que no boi gordo. Isso significa que, quando num cenário de valorização de preços, o bezerro se posiciona acima do boi gordo e, quando o cenário inverte, a oscilação negativa no bezerro também é mais forte.

Sob a ótica da produção, manejo de pasto, gestão de suplementação, eficiência de trato, bom manejo de cocho, silagem de grãos úmidos, entre outros ganhos de eficiência, nunca foram tão importantes dentro da porteira. Em momentos de aperto, ter margem para queimar faz toda a diferença. ■

REPRODUÇÃO ABAG



FÓRUM AGRO: BRASIL PROTAGONISTA

Participantes do evento da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), realizado em 31 de janeiro último, em São Paulo, avaliam que a cooperação e o diálogo serão fundamentais para equalizar pontos do Pacto Verde Europeu (Green Deal), tendo em consideração as especificidades e as legislações dos países exportadores de produtos para a União Europeia (UE).

PAINEL 1: O QUE É O GREEN DEAL E O QUE PODE NOS TRAZER DE DESAFIOS?

BASEADAS APENAS na realidade da UE, ou seja, na agricultura do mundo temperado, as regras são bastante distintas da agricultura de um país de clima tropical. "O mundo necessita de cooperação, e não de sanções, ainda mais em tempos de insegurança alimentar, um conflito armado e mudanças significativas no comércio global", disse Luiz Carlos Corrêa Carvalho, presidente da ABAG e moderador do painel.

"A União Europeia possui um sistema democrático avançado, mas percebeu que, sozinha, não será capaz de cumprir com as metas de descarbonização. Por isso, incluiu as cadeias produtivas. Contudo, há uma grande distorção de realidade entre o mundo temperado e o mundo tropical que precisa ser discutida. Além disso, as regras unilaterais impostas chocam-se com os princípios de multilateralidade, de trabalho conjunto entre países", acrescentou o moderador.

Na análise de Carvalho, "as regras não tratam da abertura do mercado europeu até 2050 e desconsideram o uso de biomassa para as soluções de bioeconomia. Percebe-se que o foco está na prevenção e na proteção, mesmo neste momento de instabilidade alimentar no mundo". Outro ponto é que a Lei Antidesmatamento não aborda a questão do desmatamento legal ou ilegal, trata empresas de capital aberto e fechado da mesma maneira e não esclarece como será comprovada a questão dos produtos sensíveis. Os Estados Unidos também estão elaborando o seu programa verde para discutir esses itens com outros países, por meio de um questionário.

Ingo Plöger, vice-presidente e coordenador do Comitê de Relações Internacionais da ABAG, delineou um rápido histórico sobre a criação e as metas do Green Deal. Ele pontuou que "a proposta trazida pela UE como nova agenda internacional comete o erro maior de internacionalizar conceitos bons para os países do bloco, mas que não são bons para o resto do Planeta. É um plano excelente do ponto de vista interno. Eles são transparentes, citando os riscos e as medidas para diminuí-los". A atuação do Brasil tem como objetivo que as instituições e os produtores da UE vejam a estrutura agrícola brasileira como sustentável.

Segundo Elias Antônio de Luna e Almeida Santos, ministro-conselheiro e chefe do setor Econômico e Comercial da Missão do Brasil junto à UE, o Brasil expressa preocupação pelo caráter unilateral das medidas. Para melhorar a narrativa da agricultura brasileira, é preciso mostrar os resultados da redução de desmatamento. "O nosso discurso tem ressaltado a realidade brasileira, cujos objetivos são de desenvolvimento sustentável e preservação ambiental. Porém, os meios para alcançar essas metas não precisam ser iguais para todos, devido às particularidades de cada país e região", declarou.

Sueme Mori, diretora de Relações Internacionais da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), lembrou o princípio das responsabilidades compartilhadas, porém diferenciadas, pois é importante considerar as diferenças entre os países, com legislações distintas. Ao seu ver, o Green Deal pode trazer impactos para o Brasil, pois, se este for classificado como de alto risco, o importador irá trocar de fornecedor, pois é quem arca com os custos. A diretora comentou que, em uma "reunião recente com representantes da UE, abriu a janela de oportunidade para dialogar com o agro nacional, levando as suas propostas para atender as regras estabelecidas".

Ingo Melchers, diretor do Diálogo Agropolítico Brasil-Alemanha (APD), considera a descarbonização das economias europeia e global como um caminho sem volta e de grande agenda atual. Por isso, o Green Deal vem atender não apenas esse objetivo, mas uma exigência da sociedade europeia, que não quer mais contribuir com o desmatamento. "Essa foi a reação dos legisladores europeus diante da demanda da sociedade", afirmou. Na sua opinião, a bioeconomia é uma questão importante como vetor de inovação, desenvolvimento e intercâmbio tecnológico.



REPRODUÇÃO ABAG

REPRODUÇÃO ABAG



PAINEL 2: OS EFEITOS E RISCOS PARA A ECONOMIA E PARA O AGRONEGÓCIO BRASILEIRO

Ingo Plöger, na condição de moderador, fez uma ponderação sobre a reação do eleitor europeu tendo em vista os custos adicionais advindos do cumprimento das mudanças necessárias para atender o Green Deal. "Como haverá encarecimento nos preços dos produtos a serem pagos pelos cidadãos europeus, vem a questão de se, com tudo isso, haverá diminuição no desmatamento. Caso isso não ocorra, o cidadão perceberá o alto preço pago por uma política ineficaz. A grande maioria dos produtos exportados do Brasil para a UE já é certificada", apontou o moderador.

Francisco Turra, ex-ministro do Ministério da Agricultura e presidente do Conselho Consultivo da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), afirmou que haverá uma caminhada até o diálogo para a construção de novas alternativas, uma vez que a discussão internacional está focada na fome no mundo. "O Brasil precisa explicar para o mundo que sabe produzir alimentos e com sustentabilidade. Assim, a transparência é a melhor estratégia", considerou.

Tulio Dias, diretor de Sustentabilidade da Agropalma, comentou sobre as novas tecnologias de georreferenciamento e geolocalização, que podem atuar no combate ao desmatamento ilegal, sendo um instrumento importante para as cadeias produtivas brasileiras. "Para que seja positiva e consistente, a narrativa precisa ser acompanhada de posicionamentos claros nas questões sociais e ambientais, o que significa diminuir as taxas de desmatamento para torná-lo um bom ativo de comunicação, contribuindo para melhorar a posição do Brasil nas mesas de negociação", esclareceu.

A preocupação do setor de óleo de palma e das demais cadeias produtivas é que a aplicação da política europeia terá maiores impactos sobre os pequenos e os médios produtores. "A menor capacidade de gestão estratégica, a dificuldade de linguagem e comunicação para se engajar com o cliente direto e a menor capacidade de investimento para fazer as adequações necessárias são fatores que os deixarão mais expostos do lado de fora das cadeias produtivas importantes", elencou Dias.

Rodrigo Lima, sócio-diretor da Agroicone e consultor da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec), defendeu a produção eficiente na pecuária, que reduza os impactos ambientais. Ele citou, por exemplo, a meta do Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas Visando à Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura para o ciclo de 2021 a 2030 (Plano ABC+), de restaurar 30 milhões de hectares de pastagens degradadas e de expandir sistemas de integração por meio da integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF). "A agricultura que não recuperar áreas degradadas se tornará improdutiva", pontuou. Nesse contexto, cabe enfatizar a importância da inovação e da tecnologia para o avanço do agronegócio. ■



SHUTTERSTOCK

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE SUPLEMENTOS MINERAIS

ALTERNÂNCIAS NO CICLO DOS PREÇOS DA PECUÁRIA

ASBRAM
Associação Brasileira das Indústrias de Suplementos Minerais

PERÍODOS DISTINTOS de altas e baixas nos preços dos bovinos e de suas carnes marcam o ciclo da pecuária. Ao longo do tempo, em ritmo periódico, a dinâmica desse movimento variável repete-se a cada dois ou três anos. É uma oscilação derivada das etapas de produção dos animais, em função de alterações ligadas às condições climáticas, às demandas internas e externas e aos preços negociados com os frigoríficos, entre outras.

Desta forma, quando a propensão da atividade aponta para a direção de acréscimo na produção de bois gordos prontos para abate, a firmeza dos preços perde força. Essa depreciação vem acompanhada de queda no valor das demais categorias do rebanho, como garrotes, bois magros e matrizes. Diante disso, os criadores são estimulados a se desfazer das vacas, que deixam de gerar bezerros e expandir o rebanho. Frente ao maior abate de fêmeas, aumenta a produção de carne e se enfraquecem os preços.

CONJUNTURA DE MAIOR OFERTA

Como pressiona menos as taxas de inflação dos preços, a mídia diminui a atenção nas fases de arrefecimento dos preços do boi, como acontece no presente momento. Em valores redondos, a arroba do boi saiu de R$ 150,00 em 2018, passou para R$ 210,00 em 2019, chegou a R$ 290,00 em 2020 e atingiu R$ 320,00 em 2021 e 2022. Alguns fatores influentes mudaram a conjuntura atual, como a menor robustez na desvalorização do real frente ao dólar e a dependência do andamento das exportações, bem centrado na China.

Para os analistas de mercado da pecuária, sem provocar grandes choques, o ciclo de alta com preços médios crescentes continuou em 2021 e seguiu no primeiro semestre de 2022, para, depois, o processo entrar em fase de inversão. Os sinais apontam para a fase baixa nos preços, sem perspectiva de demanda interna mais vigorosa, em face do comportamento

fraco do Produto Interno Bruto (PIB) para aumentar o consumo interno.

PRODUTIVIDADE CRESCENTE DA ATIVIDADE

Palco de um grande salto tecnológico neste século XXI, o avanço da cadeia produtiva de bovinocultura de corte mostra condições técnicas e econômicas para prosseguir com vitalidade nos próximos anos. As pastagens naturais deverão ser recuperadas ou deslocadas com a chegada das culturas anuais de rentabilidade atrativa. Estudos do Observatório de Conhecimento e Inovação em Bioeconomia da Fundação Getulio Vargas (OCBio/FGV) apontam que metade da área de pastos no Brasil, de 160 milhões de hectares, apresenta algum nível de degradação.

Há mais de duas décadas, as exportações brasileiras ocupam uma posição de liderança no *ranking* de exportação mundial de carne bovina. Essa situação privilegiada deverá ser sustentada nos próximos anos. A prioridade das empresas com soluções tecnológicas inovadoras prontas esmera-se em levantar e pesquisar as propriedades com taxas de desfrute bem competitivas em termos globais. Os seus resultados zootécnicos mostram capacidade de produzir animais excedentes para venda sem comprometer o plantel efetivo básico.

EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA COM SUSTENTABILIDADE



JULIANO SABELLA ACEDO
PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE SUPLEMENTOS MINERAIS (ASBRAM)

Com uma agenda positiva articulada para o desenvolvimento sustentável da pecuária nacional, a ASBRAM integra-se aos elos dessa cadeia produtiva. O envolvimento passa pela evolução dos produtores, com suprimento de insumos, processamento de produtos, prestação de serviços técnicos e administrativos, distribuição nos mercados internos e externos, assistência financeira e satisfação dos consumidores. Bastante diversificadas, essas ações são devidamente apropriadas para a relevância do Brasil na vocação de produtor mundial de alimentos e conservador da biodiversidade.

Desde a época da colonização, para atender as necessidades de abastecimento dos principais centros urbanos em formação, a bovinocultura de corte deixou marcas no processo de ocupação e desenvolvimento do País. A esfera mundial conseguiu ser alçada somente às vezes, nos períodos de crises internacionais. No século passado, a partir dos anos 90, a carne bovina nacional ganhou espaço no consumo externo, tendo se tornado líder no mercado mundial de exportação em 2003. Em 2022, a exportação chegou a 2.344 mil toneladas, 292% superior à quantidade registrada em 2000.

O cenário das projeções de organismos conceituados no Brasil e no estrangeiro aponta um crescimento na produção e na exportação de carne bovina. O diagnóstico de aumento de produtividade indica a maior densidade de animais por unidade de área. Esse resultado advém da aplicação intensiva de tecnologias. Houve evolução no emprego de insumos e gestão. A inserção de normas e padrões de sustentabilidade nas questões ambientais e sociais de segurança alimentar comprova o desempenho das propriedades rurais. O superávit no balanço das emissões de gases do efeito estufa (GEE) servirá para acessar o mercado interno e valorizar as exportações.

O mapa do caminho deve ir na direção da sustentabilidade para soluções dos contratempos; estabelecer alianças com base nos itens agregadores numa pauta planejada para estimular o produtor. Cabe, então, enaltecer o estímulo à integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF), a redução da idade de abate e o suporte à regularização fundiária de áreas públicas e privadas. Além disso, deve-se rejeitar os movimentos de grilagem de terras e desmatamento ilegal.

A pecuária do Brasil teve um aumento de produtividade de 160% nas três últimas décadas, porém ainda há muito espaço para evoluir. Em 1990, por exemplo, produzimos 1,6 arroba por hectare e, hoje, alcançamos 4,2 arrobas na mesma área. O trabalho feito pelos produtores, com investimento em tecnologias sustentáveis, explica esse excelente resultado. Por meio de mais genética, manejo, sanidade e, certamente, nutrição, desejamos aumentar a comunicação com todos os agentes da cadeia produtiva de proteína animal. Queremos ser parceiros na tarefa de continuar o incremento dessa evolução, alimentando os brasileiros e os consumidores do mundo inteiro.

AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E O CHURRASCO



RENATA FERNANDES
ZOOTECNISTA E GERENTE DE MARKETING DA LINHA PREMIX DA ELANCO SAÚDE ANIMAL PARA O BRASIL E O CONE SUL

Temos visto a produção e o consumo de carne bovina transformados em alvo de polêmica, sendo apontados por muitos como uma das principais atividades responsáveis pelo aquecimento global. Criou-se uma batalha cultural a respeito disso no Brasil e no mundo. No entanto, poucos se dão conta de que a pecuária é, ao invés de vilã incorrigível, a intersecção entre dois desafios urgentes: o combate à fome e a preservação do nosso Planeta.

Estimativas apontam para um aumento global do consumo de proteína animal em 90 milhões de toneladas métricas na próxima década[1]. E, de 2019 para cá, o número de pessoas no mundo que enfrenta insegurança alimentar aguda disparou de 135 milhões para 345 milhões[2], enquanto 60% da população tem nutrição inadequada. Ou seja, é preciso trabalhar mais para expandir o acesso à proteína animal de qualidade. Nesse movimento, muitos apontam o gás metano, proveniente da atividade agropecuária, como uma das principais justificativas contrárias a essa indústria. No entanto, é bom lembrar que o metano representa menos de um quarto das emissões de GEE no Planeta, sendo que, desse total, cerca de 8% estão associados à digestão dos ruminantes.

Além disso, estudos mostram que, enquanto o CO_2, outro GEE, permanece na atmosfera por mais de mil anos, o metano tem duração bem menor, de aproximadamente doze anos[3]. É por isso que cientistas dizem que, se conseguirmos reduzir as emissões de metano entérico num percentual de 20% a 30%, a taxa geral de aquecimento do clima diminui. Ou seja, a pecuária mostra-se como uma oportunidade para a solução que o mundo busca. E, no Brasil, onde aproximadamente 90% da produção é a pasto, há alguns fatores bastante positivos: de acordo com um recente levantamento da Athenagro[4], os sistemas de produção brasileiros removem mais carbono do que emitem no solo. A adoção de sistemas de manejo sustentáveis, como a integração Lavoura-Pecuária (iLP) e a iLPF, responde por isso.

Mas a grande oportunidade para abordar o tema do metano está no animal, reduzindo o metano entérico e manejando corretamente os dejetos por meio de tecnologias já difundidas no Brasil. Já estamos reduzindo a emissão de GEE por meio de inovações em nutrição e gestão nutricional. Qual é o impacto disso? Animais mais saudáveis, que produzem mais alimentos, para um mundo que vive em insegurança alimentar.

Nesse cenário, o tempo é o nosso maior desafio. Precisamos de uma política que apoie a redução do metano entérico e de um mercado de carbono mais simplificado. Precisamos da conscientização dos consumidores sobre a oportunidade que a pecuária representa e da capacidade de agir mais rapidamente para que mais pecuaristas usem soluções inovadoras e transformem suas propriedades em fazendas produtivas e sustentáveis. Essas pautas são parte da agenda ESG e requerem de todos a conscientização de que os animais são parte da resposta que buscamos.

2022: PRIMEIRA CONTRAÇÃO APÓS CINCO ANOS DE ALTAS CONSECUTIVAS

Desde 2017, o setor de suplementação mineral vinha registrando expansões anuais consecutivas. Em 2022, devido a dificuldades que se iniciaram com o embargo chinês à carne bovina brasileira em setembro de 2021, o setor registrou uma contração de 6,1% frente ao ano anterior. Enquanto, em 2021, foram comercializados 2,61 milhões de toneladas de suplementos; no ano passado, foram transacionados 2,45 milhões de toneladas. Além das turbulências no mercado internacional, também explicam esse menor volume transacionado: (i) uma margem menor na atividade pecuária, seja pela elevação dos custos de produção, seja pela estabilidade das cotações da arroba de boi gordo, seja pelo declínio do preço do bezerro; e (ii) um volume de chuvas mais intenso na maior parte do País, favorecendo a qualidade das pastagens.

A contração observada nos números nacionais também foi observada na larga maioria das Unidades da Federação (UFs), principalmente naquelas que representam as principais praças para o mercado de suplementos. Na realidade, entre as UFs que transacionaram um volume de suplementos superior a 100 mil toneladas, apenas o Tocantins e Goiás registraram um leve crescimento (0,5% e 0,4% respectivamente) em 2022.

Ao desagregar o volume total de suplementos transacionado em 2022 pelas suas principais categorias, a contração também foi praticamente generalizada. A única exceção foi a expansão de 0,6% (468 mil toneladas) de núcleos. Todos os demais tipos de suplementos registraram contração:

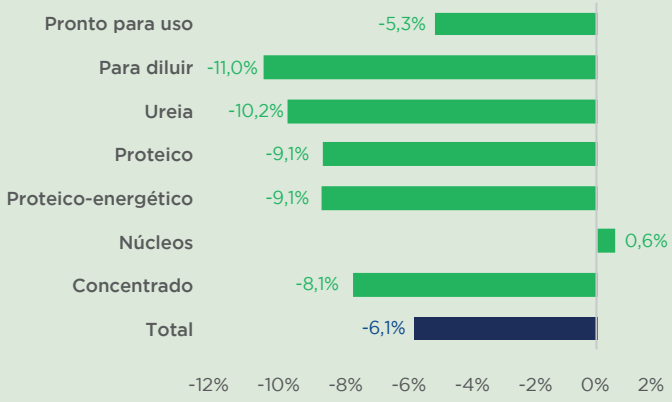
- Pronto para uso – 928,2 mil toneladas (-5,3% frente a 2021);

- Para diluir – 127,0 mil toneladas (-11,0%);
- Ureia – 123,3 mil toneladas (-10,2%);
- Proteico – 399,0 mil toneladas (-9,1%);
- Proteico-energético – 306,0 mil toneladas (-9,1%);
- Concentrado – 98,4 mil toneladas (-8,1%).

Embora 2023 tenha começado de forma mais positiva (em janeiro, o setor registrou um crescimento de 2,3% frente a janeiro de 2022), um caso de encefalopatia espongiforme bovina (EEB) atípica registrado no Pará no final de fevereiro poderá trazer alguma turbulência de curto prazo para o setor. Ainda assim, o setor deverá registrar crescimento neste ano, seja devido à estreita base de comparação de 2022, seja devido às melhores condições de mercado para os pecuaristas, apesar da volatilidade no curto prazo.

VARIAÇÃO ANUAL DO VOLUME POR TIPO DE SUPLEMENTO MINERAL EM 2022

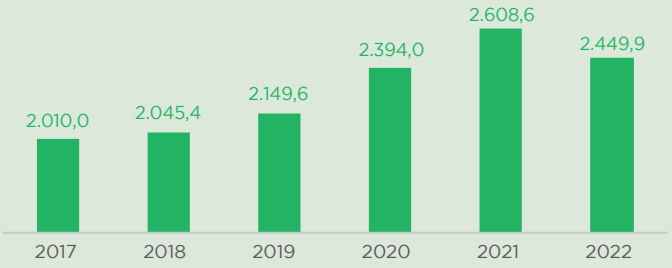
(%.)



Fonte: ASBRAM

EVOLUÇÃO DO VOLUME TOTAL DAS VENDAS DE SUPLEMENTOS MINERAIS

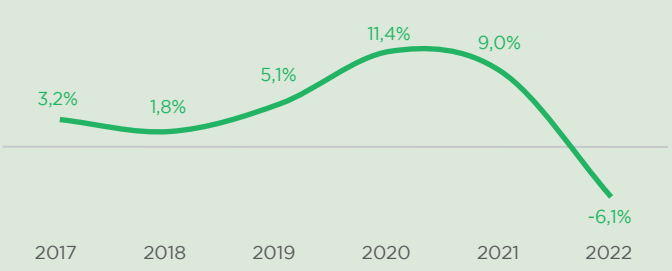
(MILHARES DE TONELADAS)



Fonte: ASBRAM

EVOLUÇÃO DA VARIAÇÃO ANUAL DO VOLUME TOTAL DAS VENDAS DE SUPLEMENTOS MINERAIS

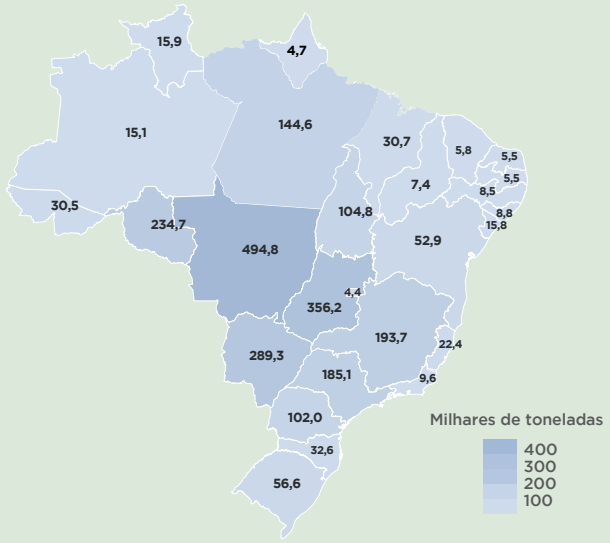
(%)



Fonte: ASBRAM

VOLUME TOTAL DE SUPLEMENTOS MINERAIS COMERCIALIZADOS POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO EM 2022

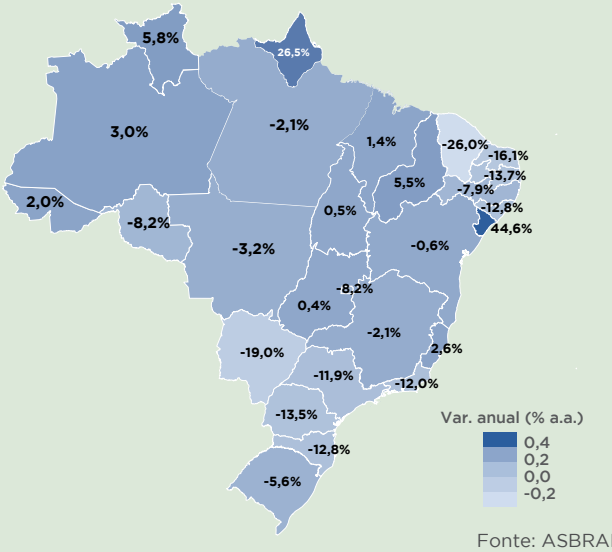
(MILHARES DE TONELADAS)



Fonte: ASBRAM

VARIAÇÃO ANUAL DO VOLUME TOTAL DE SUPLEMENTOS MINERAIS COMERCIALIZADOS POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO EM 2022

(%)



Fonte: ASBRAM

PREPARAÇÃO PARA O 13º SIMPÓSIO DA ASBRAM



ELIZABETH CHAGAS
VICE-PRESIDENTE-EXECUTIVA DA ASBRAM

Sustentar a trajetória de crescimento, evento após evento, com geração de conteúdo carregado de qualidade densa faz parte do desafio dessa realização. O ganho esparrama-se para toda a cadeia produtiva de pecuária de corte, uma parte importante da segurança alimentar do País, com vinda de divisas para o crescimento econômico nacional. São recursos preciosos oriundos de empenhos coletivos desenvolvidos nos campos, nas indústrias de suprimentos, nos frigoríficos, nos comércios interno e externo, nas atividades de ensino e pesquisa, entre outros.

O quadro do modelo da agropecuária tropical brasileira caminha na direção de crescer e poupar terra com mais produção. Isso significa a atividade voltada para mais técnica intensiva, com produtividade e lucratividade crescentes. Essa situação vem desde quando o então Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) lançou, em 2010, as metas do Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas Visando à Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Plano ABC) para o horizonte 2020.

Quando se avaliou o resultado apurado por esse Plano ABC, constatou-se números de pleno sucesso. Agora, a convivência atual do setor está submetida às metas do Plano ABC+, estabelecido para o horizonte 2030, que foi apresentado na 26ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP 26/UNFCCC, nas siglas em inglês), em 2021, na cidade de Glasgow, na Escócia. A repercussão desse desempenho teve apreciações externas positivas para a imagem do agro nacional e, em especial, para a nossa pecuária.

Na conjuntura atual, cabe olhar o novo patamar conquistado pela pecuária nacional e traçar o crescimento para os próximos anos, independentemente do ciclo de preços da pecuária brasileira, seja de alta ou baixa. O produtor precisa preparar-se para fazer as entregas demandadas pelo mercado a partir do sistema de governança social e ambiental (ESG, na sigla em inglês) e das questões técnicas de precocidade, dosagem de suplementação e eficiência produtiva.

O 13° Simpósio Nacional da Indústria de Suplementos Minerais, organizado pela ASBRAM, será realizado em 23 e 24 de novembro próximo, no hotel Royal Palm Plaza Resort, em Campinas-SP. O tema estará centrado na produção de alimentos com responsabilidade social, consciência ambiental e bem-estar animal. Isso é ter identidade sustentável. Isso é ASBRAM.

A coroação desse esforço pela produção de alimentos sustentável, eficiente e de qualidade ocorre nos debates e nas interações realizadas com empresas, profissionais e agentes do segmento. A conversa mergulhará no âmbito de diversos temas em transição permanente. A comunicação no agronegócio se aprimora. A campanha para o uso correto de minerais nas fazendas se espalha. A capacitação contínua fortalece a extensão rural. Enfim, os conceitos da sustentabilidade transformam-se em prioridade nos negócios. ■

1 https://www.wfp.org/global-hunger-crisis#:~:text=2022%3A%20a%20year%20of%20unprecedented,on%20the%20edge%20of%20famine.

2 https://www.actionagainsthunger.org/the-hunger-crisis/world-hunger-facts/; https://worldpopulationreview.com/country-*ranking*s/obesity-rates-by-country

3 Climate Change Indicators: Greenhouse Gases – EPA (United States Environmental Protection Agency)

4 https://web.facebook.com/fazendabrasilia/?_rdc=1&_rdr

SIMPÓSIO NACIONAL DA INDÚSTRIA DE SUPLEMENTOS MINERAIS

EDIÇÃO	Ano	Título
8ª	2013	Decida, hoje, qual futuro você vai querer para sua empresa
9ª	2015	Como crescer e ter lucro em tempos difíceis
10ª	2017	Juntos fazendo um futuro melhor
11ª	2019	Preparando a pecuária do amanhã – sustentável e lucrativa
12ª	2022	O Brasil sustentável pronto para alimentar o mundo
13ª	2023	Brasil sustentável, um paraíso restaurável

Produzir alimentos
com responsabilidade social,
consciência ambiental e
bem-estar animal.

Isso é ter Identidade Sustentável.
Isso é ASBRAM.

Identidade Sustentável
ASBRAM

2018 © MEIRE DE OLIVEIRA (AQUARELA) | 09/2020 PUBLIQUE



A prática da pecuária sustentável, além de reduzir ao máximo os danos causados ao meio ambiente, ainda garante a eficiência do processo produtivo. Esta é Identidade Sustentável ASBRAM.

Agende-se!
13º Simpósio Nacional ASBRAM
23 e 24 . Novembro . 2023
Hotel Royal Palm Plaza Campinas/SP

Rua Augusta 2.676/13º andar, conjunto 132, Jd. América, São Paulo, SP, CEP 01412-100
asbram@asbram.org.br • www.asbram.org.br

ASBRAM
Associação Brasileira das Indústrias de Suplementos Minerais

SEGURANÇA E PAZ NO CAMPO SÃO PRIORIDADES NACIONAIS



TIRSO DE SALLES MEIRELLES

Vice-presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (FAESP)

A META anunciada pelo novo governo de garantir a segurança alimentar dos brasileiros passa pelo fomento do agronegócio. Felizmente, o setor tem demonstrado a sua elevada capacidade de responder ao desafio.

Não é sem razão que, na sua posse, o ministro do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), Carlos Fávaro, elogiou os seus antecessores, inclusive os que ocuparam o cargo no governo Bolsonaro, lembrando que, nos últimos vinte anos, o Brasil saltou de uma produção de 90 milhões para mais de 300 milhões de toneladas de grãos. Também enalteceu a importância do diálogo e da sinergia com os produtores. Confirmou, assim, conhecer o setor.

Contudo, é preocupante a aparente falta de sintonia no olhar do atual governo para o meio rural. É o que se pode inferir, por exemplo, da posse de Paulo Teixeira como ministro do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA). A presença de numerosos membros do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e militantes sugere que o grupo possa ter influência na gestão da pasta.

Aliás, um "convite" nesse sentido lhes foi feito pelo ministro Teixeira, ao dizer: "Venham para cima do Ministério para que tudo possa acontecer". Mas esperamos que nada ocorra além da continuidade dos assentamentos, que estavam em curso no governo anterior, com a entrega de títulos de propriedade a agricultores familiares e pessoas dispostas a trabalhar na terra. Tudo isso pode e deve ser feito de maneira ordeira e legal.

Cabe reiterar que a agropecuária nacional prima pela produção sustentável, ao contrário do que se propaga na mídia urbana às vezes. É importante deixar isso bem claro a todos os responsáveis pelas políticas governamentais e ao mundo, pois, no exterior, há muito desconhecimento sobre a questão. Não basta o Brasil ser globalmente conhecido como potência do agro; é crucial o reconhecimento de que a nossa produção é ambientalmente correta, pois isso agregará mais valor aos produtos.

As sinalizações positivas a políticas públicas feitas pelo ministro Carlos Fávaro somente concretizar-se-ão se houver equilíbrio na abordagem do setor, segurança física e jurídica no campo e intransigente respeito à propriedade particular, conforme consta da Constituição, bem como a coibição de invasões e depredações do patrimônio privado.

Qualquer retrocesso nessa matéria será muito nocivo para a agropecuária, o Governo e, principalmente, a população brasileira, considerando a importância crescente da atividade para a economia, com a geração de milhões de empregos, renda e divisas internacionais.

Precisamos de convergência para a segurança alimentar, e não de divisões ideológicas, que somente drenam as nossas capacidades e a energia humana. É fundamental que os produtores rurais tenham tranquilidade e total garantia para trabalhar naquilo que sabem fazer: cultivar a terra. Essa é uma condição essencial para que continuem colhendo safras com recordes e sendo protagonistas globais no fornecimento de alimentos, fibras e bioenergia para a sociedade. Assim, que prevaleça o bom senso para o novo governo! ■



PRODUZIR

NOVOS DESAFIOS E MUITOS DIÁLOGOS

SÉRGIO BORTOLOZZO
Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

QUANTOS DE nós gostaríamos de viver 104 anos? Ainda mais com saúde e reconhecimento constante. Essa é a idade que a SRB completa em maio deste ano. Trata-se de uma história intimamente ligada ao crescimento e aos desafios da agropecuária brasileira e, agora, sem dúvida, também determinante para o futuro do nosso setor.

É por isso que me sinto extremamente feliz e entusiasmado com a missão desafiadora recém-recebida ao assumir, em fevereiro último, a presidência da SRB. Há muitos anos, atuo nessa entidade e acompanhei de perto o excelente trabalho realizado pela produtora rural Teresa Vendramini à frente da entidade nos últimos três anos. As nossas tarefas são manter os avanços que já conquistamos e continuar buscando cada vez mais garantir o ambiente positivo que os nossos agricultores e pecuaristas tanto precisam para seguir produzindo.

Um dos temas cruciais é a sustentabilidade. O produtor brasileiro vem avançando muito na adoção de práticas sustentáveis, colaborando para garantir alimentos e energia ao Brasil e ao mundo, de forma sempre mais comprometida com o meio ambiente. Porém, isso precisa ser melhor esclarecido não apenas à sociedade brasileira, mas ao mundo. E queremos fazer isso não pelo confronto, e sim pelo diálogo.

Construir pontes, e não muros: esse será o nosso desafio daqui para frente. Queremos conversar com as diferentes áreas do governo federal, assim como os governos estaduais e o Congresso Nacional (CN), especialmente por meio da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), para dialogar de forma construtiva. Sabemos que essas esferas do poder público reconhecem o papel social e econômico do agronegócio como gerador de emprego e renda nos lugares mais distantes do Brasil, garantindo divisas para o País e contribuindo de forma determinante para o Produto Interno Bruto (PIB).

Estamos dispostos a ajudar o governo federal a superar dificuldades. Entendemos que a pauta social é importante, e o produtor pode ser aliado nesse processo. No entanto, não abrimos mão de direitos fundamentais garantidos pela Constituição Federal, como a livre-iniciativa e a propriedade privada. Por isso, não acreditamos que haja espaço para o retorno de movimentos radicais que coloquem em risco a atividade produtiva.

Nesse cenário, preservar a segurança jurídica para os nossos produtores rurais será, mais uma vez, uma prioridade da SRB. Todos queremos que o Brasil volte a crescer, e o produtor rural já está engajado nessa tarefa, adotando novas tecnologias, produzindo mais em menos áreas e ganhando eficiência. Vamos seguir comprometidos com a sustentabilidade ambiental, econômica e social. Queremos avançar na agricultura e pecuária de baixo carbono. Em troca, esperamos receber um maior reconhecimento, inclusive financeiro, à medida que esses temas importantes, como mudanças climáticas e segurança alimentar, ganharem uma maior relevância internacional. ■

Sérgio Bortolozzo assume a presidência da SRB e reafirma que uma das prioridades da instituição é trabalhar a fim de preservar a segurança jurídica para os produtores rurais.

OPINIÃO

SEGURANÇA ALIMENTAR EVITA DESPERDÍCIOS E GARANTE COMIDA A TODOS

ANTONIO JUNQUEIRA

Secretário da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo



O MUNDO segue uma trajetória em que a tecnologia é cada vez mais presente no nosso dia a dia. É fato e não há como fugir disso. Mas também é verdade que, apesar de toda essa evolução que nos rodeia, uma coisa não mudou: a necessidade humana de ter acesso a alimentos bons e baratos. À medida que o mundo se moderniza, o tema emerge como um dos mais relevantes para a sobrevivência humana. A questão passa, no entanto, pela segurança alimentar, e, por isso, o assunto tornou-se ainda mais frequente nas manchetes, afinal tem pela frente grandes desafios.

"Alimento é paz". Muito apropriada, essa frase é de um dos maiores especialistas no assunto: Roberto Rodrigues, ex-ministro do Ministério da Agricultura. Por isso, o tema é tratado como prioridade pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. O nosso engajamento é com a promoção de programas que visem uma produção de alimentos cada vez maior e mais saudável. Nesse sentido, São Paulo tem dado uma enorme contribuição para que o País se torne o maior produtor de alimentos do mundo.

Entre os inúmeros aspectos que envolvem segurança alimentar, um deles precisa ser combatido com urgência: o desperdício de alimentos. Segundo dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, na sigla em inglês) e do Instituto de Tecnologia de Alimentos (Ital) – órgão vinculado à Secretaria –, a perda chega a ser de um terço da produção global total.

Mais do que falar em segurança alimentar, é premente agir. Ainda mais diante de números que assustam, como quando a Organização das Nações Unidas (ONU) revela que o Brasil voltou ao Mapa da Fome, o que significa que o percentual de brasileiros que não têm certeza de quando vão fazer a próxima refeição está acima da média mundial.

Por isso, a Secretaria trabalha para adotar programas que visam à capacitação de profissionais em segurança alimentar. São iniciativas que promovem o estímulo ao empreendedorismo, num esforço conjunto que envolve diversos setores, como a Coordenadoria de Segurança Alimentar (COSALI) e o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea). Tenho certeza de que esse trabalho, em breve, será uma vitrine para o País.

O Projeto Cozinhalimento, desenvolvido pela Secretaria em parceria com o Fundo Social de Solidariedade do Estado, é um exemplo de transformação social que é capaz de gerar renda por meio da capacitação de agentes multiplicadores das ações de segurança alimentar e nutricional sustentável nos municípios conveniados.

A segurança alimentar é entendida, na Secretaria, de forma transversal, e não apenas como uma ação específica e pontual. Ela se alinha a outros projetos, como o Melhor Caminho, que recupera e pereniza estradas rurais e, assim, permite que alimentos sejam transportados de forma segura desde sua origem até o destino final e cheguem à população em condições saudáveis e com preços acessíveis. A garantia ao alimento transita, também, por projetos como o Cesta Verde, que garante a compra direta de produtores rurais e o repasse a pessoas em situação de vulnerabilidade social.

A Secretaria está ainda mais empenhada em mudar essa dura realidade. Usando toda a sua capilaridade, a pasta quer que São Paulo seja, mais uma vez, um exemplo para o Brasil e o mundo no combate à fome. ■

"A segurança alimentar é entendida, na Secretaria [de Agricultura], de forma transversal, e não apenas como uma ação específica e pontual."



REFLEXÃO

TRÊS DÉCADAS DE CONTRIBUIÇÃO E DEDICAÇÃO AO AGRONEGÓCIO

LUIZ CARLOS CORRÊA CARVALHO
Presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)

TRINTA ANOS. Esse é o tempo em que a ABAG tem contribuído para o desenvolvimento sustentável do agronegócio brasileiro, fortalecendo os sistemas agroindustriais e buscando integrar todos os públicos da cadeia.

Quando a ABAG foi fundada, em 10 de março de 1993, o Brasil enfrentava uma hiperinflação aguda, com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) batendo 2.477%. Os preços dos produtos eram remarcados diariamente, com a renda das famílias corroída. No agronegócio, 45 anos atrás, o Brasil tinha 7,78 milhões de hectares com soja e uma produtividade média de 1.250 quilos por hectare, segundo dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, na sigla em inglês), o País era o 32º exportador de algodão, o 52º exportador de milho e o oitavo de carne bovina. As exportações do setor alcançaram US$ 15,94 bilhões em 1993.

Ney Bittencourt de Araújo fundou a ABAG no Congresso Nacional, em Brasília, para mostrar como o setor poderia contribuir com o País em quatro grandes aspectos: desenvolvimento sustentado, integração à economia internacional, respeito ao meio ambiente e eliminação das profundas desigualdades de renda.

Mesmo que ainda haja muito a ser aprimorado, o agronegócio brasileiro consolidou-se como um dos maiores *players* mundiais, integrado ao comércio global, com a aplicação de técnicas e manejo sustentável na preparação do solo, no plantio e na colheita, gerando emprego e renda em todo o País.

Trinta anos depois, a produtividade da soja mais do que dobrou, chegando a 3.530 quilos por hectare, enquanto as terras agricultáveis aumentaram em um ritmo muito menor. Isso mostra como o agro brasileiro é produtivo e sustentável.

Nas vendas externas, as exportações mundiais de produtos agropecuários tiveram uma taxa de elevação de 2,2% no período de 1992 a 2001, enquanto o Brasil teve uma alta de 10,0%. De 2002 a 2013, o País permaneceu crescendo acima da média mundial: 17,9% contra 12,0%. No ano passado, as vendas externas somaram US$ 159,09 bilhões. Atualmente, somos o maior exportador de carne bovina e milho e o segundo maior exportador de algodão.

Passados trinta anos, a nossa produtividade mantém-se bem acima da média global, produzimos até três safras por ano e somos referência quando se trata de aplicação de tecnologias que diminuem a expansão da área plantada. Isso mostra a eficácia e a evolução do nosso setor, além do fato de que produzimos com uma pegada de carbono muito abaixo daquilo que se vê nos países competidores.

A ABAG esteve presente em todas as revoluções, trabalhando para integrar iniciativa privada e poder público. Fez isso levando os pleitos do setor para os diferentes governos, atuando para aprimorar a legislação e a regulamentação voltadas ao setor, promovendo encontros nacionais e internacionais com agentes do mercado, reivindicando medidas para fortalecer o agro, promovendo pesquisas com a sociedade e apoiando a dedicação, o esforço e o trabalho de produtores rurais, indústrias, Academia e institutos de inovação e pesquisa em todo o País.

Nos próximos anos, a Associação seguirá contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento do agronegócio brasileiro, pois é certo que o nosso setor manterá o protagonismo de levar mais qualidade de vida e saúde aos brasileiros. ■

"A ABAG esteve presente em todas as revoluções, trabalhando para integrar iniciativa privada e poder público."

fgv.br/mba

MBA EXECUTIVO EM ECONOMIA E GESTÃO:
AGRONEGÓCIO

FORMAÇÃO MULTIDISCIPLINAR PARA LIDERAR POTÊNCIAS ECONÔMICAS

Um setor que desempenha expressiva participação na economia brasileira precisa de profissionais completos, atualizados às ferramentas de gestão e, principalmente, preparados para soluções práticas, inovadoras e ousadas.

CONHEÇA O CURSO.
NAS MODALIDADES
PRESENCIAL E LIVE.

INSCREVA-SE



MBA FGV
É MAIS QUE MBA. É FGV.



abag
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DO AGRONEGÓCIO

30 ANOS
PELO DESENVOLVIMENTO
DO AGRO

Única associação que congrega todos os elos da cadeia produtiva, do campo à indústria, distribuição e serviços, sendo fundamental para o fortalecimento do sistema agroindustrial e das relações com o governo, iniciativa privada, entidades de classe e instituições de ensino.

www.abag.com.br